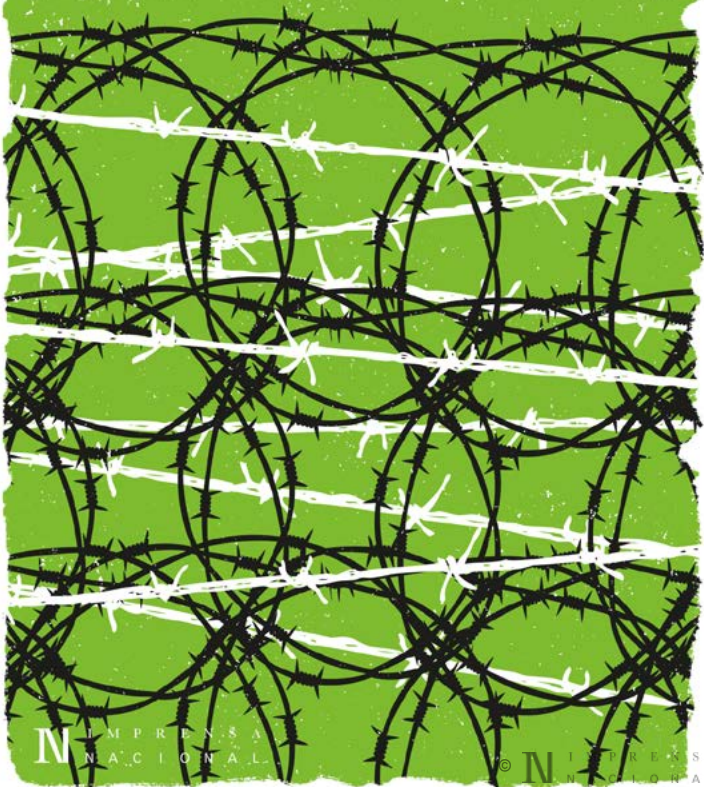


O E S S E N C I A L S O B R E

Os Salvadores Portugueses

Margarida de Magalhães Ramalho



N IMPRENSA
NACIONAL

© **N** IMPRENSA
NACIONAL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.

O ESSENCIAL SOBRE

Os Salvadores Portugueses

O E S S E N C I A L S O B R E

Os Salvadores Portugueses

Margarida de Magalhães Ramalho

Índice

7 **Introdução**

I

11 **Vinganças e mais vinganças**

II

29 **Em guerra, outra vez**

III

35 **O caminho da ditadura**

IV

39 **Duas faces, o mesmo regime**

V

45 **Em trânsito**

VI

49 **Não ser indiferente**

VII

55 **Coragem para desobedecer**

VIII

79 **Outra forma de ajudar**

99 **Bibliografia**

Introdução

Vivemos tempos conturbados à escala mundial. Diariamente, ouve-se falar de crise climática, de crise económica, de atentados aos direitos humanos e desta pandemia que lançou, por todo o planeta, o medo e a insegurança. Para a maior parte de nós, esta situação tem poucas afinidades com a da guerra que há 80 anos abalou a Europa e o mundo inteiro.

Contudo, e tal como noutras situações extremas, houve quem soubesse fazer a diferença, colocando-se no lugar do outro e arriscando a carreira, a estabilidade financeira, amorosa ou social, quando não a própria vida. São heróis que ficam muitas vezes no anonimato. Mas são também pessoas normais, com angústias e alegrias, com defeitos e qualidades como todos nós. As escolhas que fizeram mantêm vivo o sentido da palavra compaixão.

A 29 de julho de 2020 era apresentado em Lisboa, pelo ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, o *Projeto Nunca Esquecer*, cujo objetivo é promover iniciativas ligadas ao estudo e divulgação daquela que foi, porventura, a maior calamidade

humana do século xx, a *Shoah*, também designada por Holocausto.

Tratando-se de um programa nacional, centra-se naturalmente no papel desempenhado pelos portugueses que, de várias formas, salvaram, apoiaram ou acolheram perseguidos do nazismo, sem esquecer aqueles lusos que, por razões várias, acabaram por viver o horror dos campos de concentração e/ou extermínio.

Este livro, integrado na já extensa Coleção *O Essencial*, da Imprensa Nacional, pretende contribuir para um melhor conhecimento dos portugueses que salvaram judeus do Holocausto: o padre Joaquim Carreira, José Brito Mendes e os diplomatas Aristides de Sousa Mendes (cônsul em Bordéus, 1940), Carlos Sampaio Garrido e Alberto Carlos Teixeira Branquinho, sendo estes dois últimos, respetivamente, ministro de Portugal e encarregado de negócios em Budapeste em 1944. Relembraremos também a atuação ao serviço de Portugal do húngaro Jules Gulden.

Não foram, certamente, os únicos a ter feito a diferença, sobretudo ao tentarem contornar as regras apertadas impostas por Lisboa para a concessão de vistos aos refugiados. No entanto, por essas ações terem sido mais pontuais, os seus autores não são tão fáceis de identificar. Alguns historiadores, nomeadamente Irene Pimentel e Ansgar Schaefer, já dedicaram a sua atenção a este assunto. Serão bem-vindos estudos aprofundados sobre esta matéria.

Como veremos adiante, alguns diplomatas portugueses na Alemanha foram, antes de 1939, reprimidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

por não estarem a cumprir as regras definidas em Lisboa.

Outros houve que, por não concordarem com tais imposições, se demitiram e explicaram frontalmente a razão pela qual o faziam. Foi o caso do cônsul em Marselha, José Augusto de Magalhães, que pediu substituição, a 31 de dezembro de 1940.

Que os casos relatados neste livro sirvam de incentivo a pensarmos sempre pela nossa cabeça e agirmos segundo a nossa consciência. E, que em momentos de crise, possamos ter a coragem de fazer a diferença.

I

Vinganças e mais vinganças

A 1 de setembro de 1939, a Alemanha invadia a Polónia. Em março do ano anterior, tinha anexado a Áustria, e, em outubro, a região checa dos Sudetas, com a complacência da França e da Grã-Bretanha. Meses depois, os alemães ocupavam, primeiro, o resto da Checoslováquia e, depois, atreviam-se a entrar na Polónia. Pela mão de Adolf Hitler, o mundo era arrastado para um vórtice de violência que ainda hoje nos atormenta, a começar pela recordação do Holocausto.

Vinte anos depois do fim da terrível Grande Guerra, o confronto e os ajustes de contas entre as grandes potências iam continuar.

Como muitos historiadores já o afirmaram, a Segunda Guerra Mundial era um produto do que não se resolvera na Primeira e das condições draconianas impostas aos vencidos pelo Tratado de Versalhes.

Este, por sua vez, não deixava de refletir o revan- chismo de uma França derrotada pelos prussianos

em 1870, amputada da Alsácia e da Lorena e humilhada pela proclamação, no Salão dos Espelhos do Palácio de Versalhes, do novo império germânico.

Ao vaticinar, após a assinatura, em 1919, do Tratado de Versalhes, «isto não é Paz, é um armistício por vinte anos», o marechal francês Ferdinand Foch deixava um alerta para o futuro. Poucos, porém, o quiseram ouvir, e as brutais imposições à Alemanha criariam condições para a ascensão do partido nazi dirigido por Adolf Hitler.

Sem formação académica específica, Hitler viveu grande parte da sua vida de dinheiro que a família lhe enviava e de desenhos que vendia na rua. Durante alguns anos, chegou a residir num albergue para mendigos. Depois de fugir da sua Áustria natal para não ser incorporado no exército, mudou-se para Munique, onde acabou por se alistar no exército alemão. Participou na I Guerra Mundial e foi ferido. Seria só após a derrota da Alemanha que este jovem desadaptado começaria a chamar a atenção com discursos inflamados proferidos numa cervejaria de Munique.

Que o movia? Um desproporcionado desejo de desforra que o levou a acreditar que Deus o escolhera para a missão de vingar a Alemanha das afrontas e humilhações de 1919.

Para entendermos o contexto em que tudo isto aconteceu, deitemos um breve olhar às causas do conflito de 1914-1918.

Desde a unificação da Alemanha, a 18 de janeiro de 1871, esta sonhava equiparar-se às grandes potências europeias, militar e economicamente. A rivalidade era sobretudo com o Reino Unido, até aí a maior potência do mundo. Em causa estava

a disputa das colónias africanas e de novos mercados e recursos. Já outros dois impérios, o austro-húngaro e o russo, cobiçavam os Balcãs. Começava um processo de rearmamento acelerado e de constituição de alianças. De um lado, juntavam-se, na Tríplice Aliança, a Alemanha, Áustria-Hungria e Itália (que posteriormente mudaria de lado, substituída pelo Império Otomano), e, do outro, na Tríplice Entente, ficavam a França, Grã-Bretanha e Rússia.

Nas vésperas da guerra, a situação era tão explosiva que o representante na Europa do presidente americano Wilson lhe escreveria de Berlim: «a situação é extraordinária. É o militarismo à rédea solta. A menos que alguém, que atue em seu nome, Senhor Presidente, consiga introduzir uma perspectiva diferente, qualquer dia não pode deixar de se dar um terrível cataclismo.» E foi o que aconteceu.

A 28 de junho de 1914, durante uma visita oficial a Sarajevo, capital da Bósnia, o herdeiro do império austro-húngaro, arquiduque Francisco Fernando, e a sua mulher eram assassinados por Gavrilo Princip, membro da organização nacionalista sérvia, Mão Negra. A gestão inábil do caso pelo velho imperador austro-húngaro, primeiro tergiversando e depois invocando a aliança com a Alemanha, puseram em marcha, através do jogo simétrico dos tratados entre grandes potências, uma máquina tão infernal como imparável.

Seguir-se-ia um conflito sangrento, que todos acreditavam que se resolveria em poucos meses, mas durou quatro longos anos. O saldo foi terrível: nove milhões de mortos, entre militares e civis, mais 19 milhões de feridos, muitos dos quais

incapacitados para toda a vida. A economia europeia seria profundamente abalada.

Como é habitual em momentos de crise, o terreno estava preparado para «forças revolucionárias e fanatismo na Alemanha, Áustria e Hungria», como referiu o historiador britânico Martin Gilbert.

Para o povo alemão, que não tinha visto o seu território a ser invadido e que, quase até ao fim, acreditara na vitória, a derrota deixara-o perplexo. O filósofo judeu alemão Arthur Ruppin retratou bem esse sentimento de incredulidade e revolta:

De facto, nunca, na História do Mundo, um povo se viu confrontado com tão terríveis termos de armistício e admitiu a sua completa derrota, apesar de nenhum inimigo ter entrado em seu território e, pelo contrário, os seus exércitos estarem ainda profundamente nos territórios dos seus inimigos. O homem simples da rua não consegue entender o que sucedeu tão de repente e sente-se completamente perdido.

De quem tinha sido a culpa? Da ambição do *kaiser*, entretanto obrigado a exilar-se? Da arrogância das chefias militares? Para os mais avisados, talvez. Mas para os outros, porventura a maioria, fazia mais sentido a ideia da «punhalada nas costas» lançada pelo marechal Paul von Hindenburg (comandante totalmente derrotado pelas ofensivas aliadas de 1918 e que viria a ser mais tarde presidente da Alemanha). Para ele, como para Hitler, a responsabilidade era assacada aos marxistas (muitos de origem judaica) que tinham tentado,

por duas vezes, a revolução. Embora reprimida, tanto em Munique como em Berlim, acabaria por abrir a porta à abdicação do *Kaiser* e à proclamação da República de Weimar, que teria de negociar a paz.

Durante os longos meses em que duraram as complexas negociações de paz, os aliados mantiveram o bloqueio à Alemanha, do qual resultou muita fome e miséria. Mas o pior ainda estava para vir, ou seja, as condições de paz impostas ao agora derrotado império alemão: reconhecer-se como único culpado do conflito e arcar, por isso, com o pagamento, até 1961, de 260 bilhões de marcos (esse valor acabaria por ser reduzido quase para metade). Para além disso, a Alemanha perdia todas as colônias e 13% do território metropolitano, a ocidente e a oriente (70 mil km²). Era obrigada, ainda, a desmantelar o material bélico pesado e abdicar da marinha e aviação, ficando com um exército residual de 100 mil homens. Acresciam a desmilitarização da região industrial da Renânia e a proibição de se unir à Áustria sem o consentimento da recém-criada Liga das Nações.

Mesmo pertencendo ao grupo dos vencedores, o primeiro-ministro britânico Lloyd George alertaria para o perigo de penalizações tão severas:

A nossa paz tem de ser ditada por homens que atuem com espírito de juízes, que se dedicam a uma causa que não envolve pessoalmente nem as emoções nem os seus interesses, e não num espírito de vingança selvagem, que não se consegue satisfazer sem infligir mutilação, dor e humilhação.

Numa alusão aos territórios alemães que iriam ser integrados na Checoslováquia e na Polónia, e cujos habitantes já tinham feito chegar à Conferência de Paz o seu veemente protesto, diria ainda o governante britânico:

Não concebo causa maior de uma futura guerra do que cercar o povo alemão, que provou ser uma das mais vigorosas e poderosas nações do mundo, de vários pequenos povos, muitos dos quais constituídos por pessoas que nunca antes instituíram governos estáveis para eles próprios, mas contendo cada um largas massas de alemães que clamam por uma união ao seu país natal.

Mesmo ao arrepio dos seus parceiros, a França quis, no entanto, ajustar contas antigas. O dia 18 de janeiro de 1919 não foi escolhido ao acaso para o início das negociações de paz. Quarenta e oito anos antes, na sequência da derrota na Guerra Franco-Prussiana que lhe retirava os territórios da Alsácia e da Lorena, a França sentira-se ultrajada ao ser proclamado, na Sala dos Espelhos do Palácio de Versalhes, o império germânico. Agora, a Alemanha iria ficar de joelhos.

Ao serem conhecidas as condições de paz, o rancor contra as potências ocidentais explodiu. De norte a sul da Alemanha e nos territórios que iam ser desanexados do antigo império, gigantescos cortejos de protesto encheram as ruas.

O conde Brockdorff-Rantzau, delegado alemão à Conferência de Paz, não deixou de protestar,

fazendo eco de um sentimento generalizado entre os germânicos:

É-nos pedido que admitamos que somos os únicos culpados da guerra; admiti-lo, nos meus lábios, seria uma mentira. [...] As centenas de milhares de não combatentes que pereceram desde 11 de novembro [de 1918] em consequência do bloqueio morreram devido a uma fria deliberação, depois de os nossos adversários terem vencido e assegurado a vitória. Pensem nisso, quando falarem de culpa e castigo.

Não deixava de ter razão. O jornalista britânico Norman Angell, que viria a ser Nobel da Paz em 1933, chegara mesmo a comparar a manutenção do bloqueio ao afundamento vil do *Lusitânia*, o navio britânico com passageiros americanos afundado pelos alemães em 1915 (e que seria o *casus belli* para os EUA entrarem na guerra).

Com o final da Grande Guerra desaparecia o orgulhoso império alemão, substituído pela República parlamentar de Weimar, que teve de assinar as humilhantes condições de paz. Weimar seria, como o jornalista e historiador alemão Sebastian Haffner referiu, «uma República sem republicanos», já que no espírito de muitos ainda morava o saudosismo do império. O novo regime democrático debateu-se, durante 20 anos, com os efeitos traumáticos do Tratado de Versalhes e com uma economia devastada. Impedidos quase totalmente de terem indústria pesada, os alemães viam o desemprego a aumentar, arrastando para a miséria e a fome muitas famílias.

Mesmo perante invernos terríveis, França e Bélgica não abdicaram das suas quotas indenizatórias de carvão alemão, obrigando Berlim a gastar as reservas de ouro e divisas para o importar, emitindo excesso de moeda, de que resultou a hiperinflação da década de 1920. O golpe fatal seria, contudo, o *crash* da Bolsa de Nova Iorque em 1929.

A revolta popular agudiza-se com a pretensão, tanto da esquerda radical como do nazismo ascendente, de reverter a situação. Os confrontos de rua entre as milícias de ambos os lados seriam cada vez mais frequentes e violentos. Raiva profunda e ódio espalham-se, permitindo a ascensão de homens insignificantes e medíocres como Adolf Hitler e seu séquito, que noutras circunstâncias jamais poderiam ter sonhado assumir as rédeas do poder.

A partir de 1920, as intervenções inflamadas do antigo cabo de infantaria na *Bürgerbräukeller*, uma das mais importantes cervejarias de Munique, frequentada por membros do pequeno Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores (NSDAP), começaram a atrair as atenções. Influenciado pela bem-sucedida Marcha sobre Roma de Benito Mussolini, Hitler tenta, em novembro de 1923, assenhorear-se do Governo da Baviera e marchar depois sobre Berlim. O *Putsch* da Cervejaria seria sufocado e Hitler, como outros intervenientes, presos por alta traição. No cárcere, encontrou, tanto nos guardas como nas elites financeiras e judiciais, eco para as suas ideias. Não só teve todas as condições para escrever o primeiro volume do seu manifesto político *Mein Kampf* (A Minha Luta), como nove meses depois era posto em liberdade, quase com uma aura de herói.

Sob a sua liderança, o quase inexpressivo NSDAP começa a ganhar alento, tornando-se na primeira força nacional.

No final de 1932, o partido nazi vence com maioria relativa as eleições. Em janeiro do ano seguinte, e por pressão dos grandes industriais, o presidente Hindenburg acaba, embora a contragosto, por nomeá-lo chanceler da Alemanha. O terror iria para muitos ter início porque os nazis começarão a infiltrar a máquina de Estado, pondo-a ao seu serviço. Goering, nomeado ministro do Interior, não tardou a transformar a polícia republicana numa polícia nazi.

George Rony, russo que se exilara em Berlim no início da década de 1920, relata a noite da vitória nazi em Berlim:

Aquilo que temíamos aconteceu a 30 de janeiro de 1933. Persuadido por von Papen e os seus diabólicos associados de que Hitler era o único homem capaz de salvar a Nação de uma revolução comunista, o presidente Hindenburg colocou a Chancelaria nas mãos do chefe do Partido Nacional Socialista. Essa foi uma noite de que nunca esquecerei. [...]

De todos os lados da rua víamos chegar, da nossa varanda, filas compactas de Camisas Castanhas. Tochas a arder, bandas tocando música marcial e bandeiras tremulando. Ombro contra ombro, formavam às esquinas, parando ao som de comando, movendo-se ao ritmo de passo de ganso. Isto já não eram os bandos de Camisas Castanhas a que estávamos habituados, isto era um exército treinado e disciplinado!

Deutschland erwache! Acorda, Alemanha!

Os milhares de homens que marchavam responderam a este grito, no que foram acompanhados por centenas de milhares de vozes, pertencentes aos que se acotovelavam nos passeios ao longo das ruas... A Alemanha tinha de facto acordado!

Rony, que já vivera sob o totalitarismo da União Soviética, não quis repetir a experiência e emigrou rapidamente para França. Com a chegada dos alemães a Paris, passou por Portugal na sua rota de fuga para os Estados Unidos. Seria uma das famílias a receber vistos autorizados por Sousa Mendes.

Um mês depois da chegada de Hitler ao poder, um incêndio no Reichstag, rapidamente atribuído à oposição, dava ao novo chanceler o pretexto para o início duma «caça às bruxas». Comunistas, anarquistas, socialistas, sociais-democratas, liberais e outros opositores começaram a ser sistematicamente perseguidos e detidos. Para eles foi criado Dachau, o primeiro campo de concentração. Meses depois, todos os partidos à exceção do NSDAP eram ilegalizados.

As perseguições não se restringiriam aos opositores políticos. Homossexuais, portadores de doenças genéticas ou hereditárias, portadores de deficiências físicas ou mentais — todos eles que, na ótica nazi, poluíam a raça germânica — eram esterilizados e/ou encerrados em hospícios ou campos de concentração. O mesmo destino era também preconizado para os chamados «inadaptados sociais», ou seja, mendigos, prostitutas, alcoólicos, sem-abrigo, desempregados de longa duração ou ciganos.

Quanto aos judeus, a perseguição começaria paulatinamente a 1 de abril de 1933 com um boicote nacional às suas lojas, a que se seguirá a expulsão da função pública e, mais tarde, a proibição de exercerem livremente as suas profissões. Além disso, passam a estar na mira das SA, a milícia nazi mais conhecida como Camisas Castanhas, que não perdia oportunidade de os humilhar e/ou espancar sob o olhar complacente da população e da polícia.

Segue-se a espoliação dos bens e o afastamento de toda a vida pública. Em 1935, são publicadas as Leis Raciais de Nuremberga, que, entre outras coisas, privavam os judeus da cidadania. Sem nacionalidade, a emigração dos judeus alemães torna-se mais complicada, tanto mais que, para abandonarem o país, perdiam direito à maior parte do seu património e/ou dinheiro. Mesmo assim, calcula-se que, até 1939, metade dos judeus alemães (cerca de 250 mil) tivesse conseguido fugir. Destes, cerca de 30 mil emigram para a Palestina e os restantes para os Estados Unidos e países vizinhos.

A Portugal chegam também alguns. Segundo o investigador Patrik von zur Mühlen, até 1936 — quando ainda era fácil obter autorização para a fixação no nosso país — instalaram-se cerca de seiscentas pessoas, nomeadamente, Siegfried Weinberg, Siegfried Rosenthal, Ilse Lieblich e as famílias de Léon Cassuto, de Asher Blauwol, de Albert Arons, entre tantas outras.

A anexação da Áustria, a ocupação dos Sudetas — território checoslovaco desde 1919 — e, sobretudo, o *pogrom* de 9 de novembro de 1938 (Noite de Cristal) fizeram crescer o número daqueles que aspiravam a fugir do nazismo.

A Noite de Cristal foi uma consequência do assassinio, em Paris, de um diplomata alemão levado a cabo por um jovem judeu, Herschel Grynszpan. Desesperado pela forma como os seus pais e todos os judeus de origem polaca residentes na Alemanha estavam a ser tratados, resolveu atingir a tiro um homem que pensava ser o embaixador alemão. A resposta nazi foi brutal.

Na madrugada de 9 para 10 de novembro, os Camisas Castanhas, apoiados por muitos simpatizantes nazis, incendiariam centenas de sinagogas, destruindo, em simultâneo, casas, lojas, hospitais e escolas judaicas, tanto na Alemanha como na Áustria. Durante essa noite foi morta uma centena de judeus, sendo 30 mil detidos e enviados para campos de concentração.

No rescaldo desta trágica madrugada, o ministro português em Berlim, Alberto da Veiga Simões, envia, a 23 desse mês, um extenso relatório a Salazar, que, na altura, acumulava a pasta dos Negócios Estrangeiros com a Presidência do Conselho de Ministros.

Entre outros assuntos, refere as suas *démarches* junto das autoridades alemãs para que os passaportes dos judeus fossem diferenciados. Até aí, qualquer cidadão daquele país podia entrar, sem qualquer visto, em Portugal, necessitando apenas de um passaporte válido. Não havendo nada que distinguisse os que viajavam profissionalmente ou por lazer dos que pretendiam emigrar, Veiga Simões solicitara ao Governo alemão uma solução para os diferenciar. O mesmo terão feito a Suíça e outros países europeus. Pouco depois saía uma lei que impunha «a todos os alemães israelitas

a apresentação dos seus passaportes para serem apreendidos uns e carimbados com um grande J outros». De modo a que não houvesse dúvidas, ao nome dos homens era acrescentado a palavra Israel, e Sarah ao das mulheres.

Neste relatório, Veiga Simões referia como o ambiente na Alemanha era cada vez mais opressivo, e que mesmo muitos arianos «não alimentavam senão o sonho de se subtraírem pela emigração, às delícias do Terceiro Reich». Como não lhes era dada a possibilidade de «levarem os seus haveres», poucos optavam por partir. No caso dos judeus a situação era ainda mais grave:

As condições de miséria e de vexame quotidiano a que estão deliberadamente submetidos, agravado este último por uma falta de humanidade e uma rudeza que não sei se serão inteiramente arianos mas que são sem dúvida especificamente germânicos, a insegurança das suas próprias pessoas, ora aprisionadas, ora enviadas para campos de concentração donde chegam boatos que nós estávamos habituados a ler apenas nas crónicas da Rússia, tudo isso leva esses milhares de perseguidos, hoje a monte em grande parte, a olharem como uma salvação a possibilidade de ida para outro país por 30 dias, por 8 dias, por 24 horas, contanto que atravessem a fronteira são e salvos. Depois, o futuro a Deus pertence...

Temendo uma vaga de emigração de judeus alemães e austríacos, a maior parte dos países,

Portugal incluído, vai procurar sustê-la a todo o custo. Para a investigadora Manuela Franco, as razões eram, basicamente, três:

Entre 1935 e 1938, as deslocações em massa na Europa apareciam mais como uma questão de refugiados, com os Estados nacionais a recusarem-se a aceitar participar na solução de um problema criado por uma política irresponsável de um dos seus pares: havia uma criação de transtornos e despesas a terceiros que o culpado — o Reich — se recusava a pagar, com a agravante de se ter previamente apropriado dos bens dos expulsos. Em segundo lugar, estes expulsos não eram problema temporário: sem hipótese de retorno, privados de nacionalidade, quem os acolhesse deveria estar preparado para os integrar na comunidade nacional. E aí estava o terceiro problema: eram judeus.

Pouco antes da Noite de Cristal, o Governo português já emitira a 28 de outubro de 1938 uma circular destinada aos postos diplomáticos avisando da impossibilidade de aceitar a fixação de mais estrangeiros em Portugal. O Estado Novo procurava, assim, evitar repercussões no mercado de trabalho que alimentasse um antissemitismo até aí sem significado. Tratava-se de impedir a entrada do judeu estrangeiro, considerado, pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), «moral e politicamente indesejável».

Entretanto, na sequência da morte do presidente Hindenburg, a 2 de agosto de 1934, Hitler assumia

o controlo total do Estado alemão, tornando-se o seu líder máximo.

No quadro de um ajuste de contas, sobretudo com a França, o novo Führer vai paulatinamente violar as imposições de Versalhes. Em 1936, a Renânia volta a ser ocupada pelas suas tropas e o rearmamento e a militarização iniciam-se. Em 1938, sem o aval da Sociedade das Nações, a Alemanha anexava a Áustria e, meses depois, reivindicava a região dos Sudetas, maioritariamente de língua alemã. De modo a manter a paz a qualquer custo, a França e a Grã-Bretanha vão optar por uma política de apaziguamento, não querendo ver que nem a máquina de guerra nazi estava ainda afinada nem um ataque alemão à Checoslováquia seria isento de riscos, pois o país tinha um mínimo de força dissuasora e de indústria militar.

Os Sudetas serão ocupados com o beneplácito dos primeiros-ministros francês e britânico (Acordos de Munique). Sobre a atitude pusilânime das duas democracias ocidentais, Winston Churchill dirá: «entre a desonra e a guerra, escolheram a desonra, mas terão a guerra.» E assim foi.

Em 1939, os exércitos germânicos ocupavam o resto da Checoslováquia e assenhoreavam-se de abundante material de guerra, incluindo tanques. Seguiu-se o porto de Memel na Lituânia e, pouco depois, a 1 de setembro desse ano, sob o falso pretexto de um incidente na fronteira da Polónia, invadiam aquele país.

Desde o final da década de 30, o esforço de rearmamento, que absorvera grande parte da mão de obra alemã, deixara o país numa grave situação financeira. Havia, por isso, urgência em encontrar uma

solução antes que o fantasma da inflação da década anterior impedisse Adolf Hitler de concretizar o seu sonho. Ou seja, vingar a humilhação do Tratado de Versalhes. Restava uma hipótese: usar o Leste como uma colónia onde se poderia ir buscar mão de obra barata, reservas de ouro, cereais e matérias-primas. Mas para isso, tinha de o conquistar.

Nesse conceito de Leste também estava incluída a União Soviética, onde Hitler sonhava fazer o três em um: acabar com o comunismo, ter acesso à mão de obra e às riquezas naturais russas e criar um espaço para confinar os judeus e os eslavos da Europa, considerados pelos nazis como «raças inferiores».

Quando o seu programa de rearmamento terminasse, a Alemanha estaria finalmente apta a acertar contas com a França, e, se a Grã-Bretanha não a apoiasse, acertaria contas com ela também.

Numa primeira fase, Hitler ainda tentou atrair os polacos para a sua esfera de influência, subtraindo-os à influência francesa. O objetivo era que, através de acordos, a Polónia se transformasse numa espécie de escudo protetor contra os soviéticos. Nessa equação, Hitler queria incluir a devolução do porto de Danzig (Gdansk) e construir, em território polaco, uma via-férrea para ligar a Alemanha à Prússia oriental. A resposta dos polacos foi não. Sentindo-se ultrajado, o Führer jurou vingança e preparou-se, segundo as suas palavras, para os aniquilar.

Cansada de fazer vista grossa aos desmandos do chanceler alemão, a França cumpria a ameaça feita meses antes e declarava guerra à Alemanha. A Grã-Bretanha, mesmo que, porventura, não o quisesse, teve de a acompanhar. Portugal declarava-se neutro.

Apanhado de surpresa, Hitler, que acreditara que, mais uma vez, as democracias ocidentais se iriam esquivar ao conflito, teve de repensar a estratégia. Embora soubesse que precisava ainda de dois ou três anos para completar o seu ambicioso projeto de rearmamento, o Führer, como escreveu o historiador britânico Ian Kershaw, «tinha a certeza de que as potências ocidentais tentariam adiar a decisão durante tanto tempo quanto lhes fosse possível, ou seja, até os seus programas de armamento estarem concluídos. Isso assinalaria o ponto de perigo para a Alemanha».

Dentro desta lógica, a única hipótese era atacar e subjugar, quanto antes, a França. Na ótica de Hitler, isso obrigaria a Grã-Bretanha a pedir a paz.

A entrada na Polónia, que congregara o apoio do exército e do povo alemão, seria rápida e brutal. Para tanto, contribuiu o inqualificável tratado comercial com a União Soviética — supostamente a sua arqui-inimiga política e ideológica — que contemplava, em cláusula secreta, a partilha entre as duas potências do país invadido.

Antes do final de setembro, sob o olhar impávido dos soviéticos que aproveitaram para invadir o leste do país, e sem que o ocidente tivesse tido forma de o impedir, as elites intelectuais em particular e os polacos em geral começavam a ser perseguidos de forma brutal.

A esta agressão seguir-se-ia um período de sete meses de quase paz, restringindo-se a guerra a pouco mais que confrontos navais. Esse tempo ficaria conhecido como *Drôle de Guerre* ou *Phoney War* (guerra de brincadeira). Durante este período, apenas uma exceção notável: a Guerra de Inverno

(30 de novembro de 1939 a 12 de março de 1940), ataque da União Soviética à Finlândia, que evidenciou a falta de preparação do Exército Vermelho e a tenacidade dos finlandeses.

Mas, a 9 de abril de 1940, a guerra de brincadeira chegava ao fim.

II

Em guerra, outra vez

Após o aniquilamento da Polónia, e eufórico com a sucessão de vitórias fáceis, Adolf Hitler decide atacar a França logo em novembro de 1939, antes que esta tenha capacidade de lhe fazer frente. É o pânico entre as chefias militares, que consideram este ataque, nunca concretizado, um verdadeiro suicídio.

É neste contexto que, pela primeira vez, se começam a constituir, no seio da *Wehrmacht* (Exército), da *Abwehr* (Serviços Secretos militares) e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, grupos de oposição que, apesar de não estarem ligados entre si, chegam a delinear um golpe para afastar Hitler. Adiado o ataque de novembro devido ao mau tempo, a tensão baixa e o golpe fica sem efeito.

No início da primavera seguinte, era claro para todos que um confronto com a Inglaterra seria inevitável. Temendo que os britânicos, sob o pretexto de auxiliarem os finlandeses em guerra com

a União Soviética, ocupassem a Dinamarca e a Noruega, a Marinha alemã vai pressionar o Führer a antecipar-se e a ocupar preventivamente estes dois países. A operação inicia-se a 9 de abril. Se a Dinamarca se rende de imediato, a Noruega resiste com algum apoio aliado. A 7 de junho, o rei parte para o exílio, e só nessa altura o país capitulará.

Um mês depois, a 10 de maio de 1940, os exércitos germânicos atacavam simultaneamente a Holanda e o Luxemburgo, que se rendem em poucos dias, e também a Bélgica, que resistirá até 28 de maio. Os governos e os chefes de Estado — à exceção do rei Leopoldo da Bélgica, que permanecerá refém dos nazis — conseguem partir para o exílio, bem como os filhos do monarca belga.

A ofensiva alemã através destas nações tinha um único objetivo: o ataque a França. Esta estava convencida de que a sua famosa Linha Maginot, constituída por fortificações, artilharia e obras antitanque que acompanhavam uma parte da fronteira com a Alemanha, seria suficiente para travar o avanço nazi. Puro engano. Num planeamento hábil, os alemães usam o ataque à Bélgica e ao Luxemburgo para atrair para norte as melhores tropas aliadas, enquanto lançam uma ofensiva motorizada e apoiada pela aviação através da supostamente intransponível floresta das Ardenas, irrompendo pela parte mal fortificada da fronteira francesa junto a Sedan. A cavalgada dos *Panzer* depressa chega ao Canal da Mancha, isolando as forças franco-britânicas enviadas para socorrer a Bélgica. A 13 de maio, as tropas invasoras iniciavam a sua guerra relâmpago em França e, um mês depois, Paris caía.

A *débâcle* francesa provoca uma crise ministerial no outro lado da Mancha, com os trabalhistas a recusarem integrar um governo de unidade chefiado por Neville Chamberlain, o arquiteto dos Acordos de Munique. Suceder-lhe-á como primeiro-ministro Winston Churchill.

Será já com Churchill ao leme que a marinha britânica consegue um feito excepcional, resgatando do porto francês de Dunquerque 400 mil soldados aliados, ali cercados pelos alemães. Para o sucesso da Operação Dínamo contribuiu a mobilização de barcos civis, muitos de pequeno porte, que acorreram às praias de Dunquerque arrostando com os ataques da aviação e dos submarinos alemães, enquanto nos céus Churchill mandava empenhar os novos caças *Spitfire* para dar cobertura aérea às operações de resgate.

Dias depois a França capitulava. Mas, ao contrário do que Hitler pensara, os britânicos não abandonam a luta. Apesar de estar bem ciente da fragilidade militar do seu país, Churchill faz um dos seus discursos mais brilhantes:

Muito embora uma grande parte da Europa e muitos antigos e famosos Estados tenham caído ou possam vir a cair, esmagados pelo punho da Gestapo e de todo o odioso aparelho de domínio nazi, não devemos vacilar nem aceitar a derrota. Iremos até ao fim. Lutaremos em França. Lutaremos nos mares e oceanos, lutaremos com confiança e força crescente nos ares. Defenderemos a nossa ilha a todo o custo. Lutaremos nas praias, lutaremos nos terrenos de desembarque e de aterragem,

lutaremos nos campos e nas ruas, lutaremos nos montes, mas nunca nos renderemos. E se, coisa na qual não acredito nem por um momento, esta ilha, ou uma grande parte dela, viessem a ser subjugadas e sujeitas à fome, então o nosso império de além-mar, armado e guardado pela frota britânica, prosseguiria a luta, até que, quando Deus o queira, o Novo Mundo, com toda a sua força e poder, avance para o resgate e a libertação do Velho.

Até à entrada dos Estados Unidos na guerra, no início de 1942, a Inglaterra vai fazer frente sozinha ao colosso alemão. Juntam-se-lhe soldados, marinheiros e aviadores polacos, belgas, luxemburgueses, holandeses ou franceses que não aceitavam a capitulação. Quem também não estava disposto a pactuar com o Governo colaboracionista instalado em Vichy foi um, até aí desconhecido, brigadeiro, de Gaulle, que ira organizar em Londres as Forças Francesas Livres. A 18 de junho de 1940, num discurso histórico aos microfones da BBC, exorta os compatriotas a resistirem: «A chama da resistência francesa não se pode apagar e nunca se apagará.»

Enquanto as trevas caíam sobre quase toda a Europa, em Portugal comemorava-se, com pompa e circunstância, o Duplo Centenário da Restauração (1640) e da Independência (1140).

Tendo-se declarado neutro logo após a invasão da Polónia, Portugal podia apresentar-se, pelo menos à primeira vista, um oásis de paz e prosperidade.

A guerra era uma realidade longínqua, cujos ecos apenas chegavam através dos jornais e da

rádio, filtrados pela censura. Só a chegada dos refugiados estrangeiros, em número cada vez mais elevado, não permitia que se ignorasse a tragédia que se desenrolava lá longe.

III

O caminho da ditadura

Apesar do idealismo e da boa vontade da República implantada em 1910, com a luta permanente pelo poder, a instabilidade governativa imperava. E a instabilidade social também, uma vez que o novo regime não conseguia dar resposta às condições de vida miseráveis do operariado e das classes trabalhadoras em geral. Um pouco por todo o país, mas sobretudo nas principais cidades e zonas fabris, a contestação vai estar sempre na ordem do dia, com centenas de greves, motins ou atentados bombistas, muitas vezes reprimidos de forma sangrenta.

A situação agrava-se com a decisão da dupla Afonso Costa/Bernardino Machado — à época, respetivamente, chefe do Governo e presidente da República — de forçar, em 1916, a entrada de Portugal na I Guerra Mundial.

Desde o início do conflito que o país se posicionara ao lado dos Aliados, enviando, logo em 1914, soldados para Angola e Moçambique, que não tardaram a envolver-se em combates com as forças

militares das colónias alemãs vizinhas, Sudoeste Africano (atual Namíbia) e Tanganica (atual Tanzânia).

O objetivo dos belicistas portugueses era duplo. Poder tomar assento numa conferência de paz no final da guerra, e assim obter pleno reconhecimento internacional da jovem República e evitar a perda das possessões africanas.

Dependente em muitas áreas, nomeadamente na alimentar, da importação, Portugal vai ressentir-se da subida de preços e da escassez de fornecimentos. Assim, à turbulência política e social, juntavam-se a fome e a miséria, sentidas por largos sectores da população, aumentando ainda mais o descontentamento. Depois de o Corpo Expedicionário Português ter sido enviado para França (1917), à medida que iam chegando, porventura à revelia da censura militar, cartas das trincheiras, também se tornava claro que os soldados portugueses se sentiam abandonados pelo seu país e revoltados pelas condições precárias em que se encontravam.

Na Flandres, as chefias viviam em melhores condições nas linhas da retaguarda, enquanto o grosso do Corpo Expedicionário Português «apodrecia» nas enlameadas trincheiras da linha da frente, sujeitos aos rigores do frio, aos ratos e à humidade, sem terem fardamento adequado ao clima. Atormentados pelos piolhos e pelas doenças, dependiam da comida enlatada inglesa que pouco ou nada satisfazia o paladar português.

Como se isto não bastasse, a partir de certa altura as rendições das tropas deixam de se fazer no tempo previsto. A situação agrava-se com a chegada ao

poder de Sidónio Pais (1917-1918), que, perante a oposição generalizada ao envio de mais tropas para França, acaba por deixar os que lá tinham ficado sem serem substituídos.

Como explica o historiador António Louçã, a participação portuguesa na guerra esteve longe de ser consensual:

De qualquer maneira, em Portugal a contestação foi maior, a adesão àquela euforia belicista que houve noutros países numa parte da população, aqui foi muito menor. Por razões diversas: a guerra aqui era atacada pela esquerda e pela direita, a Igreja tinha alguma tolerância em relação à ideia de uma guerra nas colónias, mas pouca ou nenhuma, ou mesmo uma hostilidade aberta em relação ao envio de uma tropa portuguesa para a Flandres. Os capelães militares enviados com as unidades são praticamente dissidentes da Igreja. Não são bem vistos. Os monárquicos, em grande parte, eram contra a guerra, ou pelo menos estavam divididos. O rei deposto no seu exílio inglês, claro, tinha de ser a favor da participação portuguesa, mas ele encontrava-se numa posição não muito confortável entre os monárquicos. E também existia uma posição contrária, muito forte do movimento operário, se possível muito mais forte do que nos países centrais do conflito, como a França, a Inglaterra, a Alemanha, onde o movimento operário se deixa paralisar logo no princípio pela social-democracia, enquanto em Portugal há um movimento operário com outras

características, a hegemonia anarcossindicalista acaba por ter um papel diferente em relação à guerra, de hostilidade aberta. Existem jornais, como *A Aurora*, abertamente anti-guerrista, que muitas vezes ia à censura e era publicado com apenas uma, de oito colunas, na primeira página, porque as outras tinham sido cortadas. E mesmo assim, alguns artigos que saíam eram violentíssimos contra a guerra.

Do ponto de vista económico, a participação portuguesa no conflito mundial foi desastrosa. O país endividou-se ainda mais, a violência nas ruas aumentou e a instabilidade política também. Em 1918, Sidónio Pais era assassinado, e três anos depois, a 19 de outubro, também o eram o primeiro-ministro António Granjo, o republicano Carlos da Maia e o herói da Rotunda em 1910, Machado dos Santos, entre outros.

Não é, pois, de estranhar que, a 28 de maio de 1926, um movimento militar iniciado em Braga sob a chefia do general Gomes da Costa tivesse alastrado ao país inteiro sem quase disparar um tiro.

Para alívio da maioria do país, era então imposta uma ditadura militar. Muitos acharam que seria uma situação temporária e que, quando a situação se acalmasse, se iria voltar ao regime parlamentar. Puro engano. Este só regressaria 47 anos depois, na madrugada «onde emergimos da noite e do silêncio», tal como cantada por Sophia de Mello Breyner Andresen.

IV

Duas faces, o mesmo regime

Falha de ideias e de projeto político, a ditadura militar não dura muitos anos e, em 1932, é substituída por uma outra civil, quando o presidente da República, Óscar Carmona, convida o todo-poderoso ministro das Finanças, Oliveira Salazar, a formar governo. Este irá, então, lançar as bases do Estado Novo. Para tanto, faz aprovar uma nova Constituição e institui o Estatuto do Trabalho Nacional. Em termos laborais era imposta a organização corporativa e inviabilizados os sindicatos livres. A polícia política é reorganizada, ganha novos poderes e passa a chamar-se Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE).

Por último, e ciente de que «politicamente só existe o que o público sabe que existe», Salazar abraça a ideia do jornalista António Ferro de criar um Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Este irá desempenhar um papel fundamental, tanto na propaganda interna do regime como na sua projeção internacional.

Dependendo da perspetiva, o Portugal de 1940 podia ser encarado como um paraíso ou um inferno,

já que o Estado Novo tinha duas faces distintas: uma, ordeira e bonitinha, das grandes obras públicas, dos cortejos históricos e das recriações patrióticas, na qual muitos se reviam, e outra sub-reptícia e escura, onde imperavam a miséria das classes desfavorecidas rurais e urbanas, a censura, a perseguição política, a prisão e a tortura dos desalinhados do regime e dos que aspiravam à democracia e à liberdade. Ou seja, os miseráveis continuavam a ser miseráveis, os opositores continuavam a ser torturados e a encher as cadeias do Aljube e de Caxias, ou o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde.

Mesmo que a maioria dos portugueses não estivesse ciente disso, este lado obscuro do regime acabaria por controlar e condicionar a vida de todos e em todas as áreas, política, moral, social, cultural e religiosa, mantendo o país durante 40 anos numa situação de atraso cultural e civilizacional.

Para Salazar, beirão de origem humilde e rural, o mundo lá fora era uma miragem assustadora e potencialmente perigosa que teria de ser previamente controlada, analisada e, se fosse caso disso, censurada.

No entanto, para aqueles que fugiam do terror nazi ou da guerra, Portugal era o mais belo dos paraísos do qual, porém, queriam partir a todo o custo, não fossem os alemães cá chegar. Houve, no entanto, refugiados, como foi o caso do jornalista alemão Karl Otto Paetel, que, por se ter aventurado pelas ruelas de Alfama e da Mouraria, acabou por ter um vislumbre da outra face da capital do império:

Lisboa era uma beleza, se nos ficássemos pela Avenida e prescindíssemos de entrar pelas

ruas escuras à esquerda e à direita, onde, à porta de casas miseráveis, homens e mulheres preparavam as parcas refeições em fogareiros: *slums* como só mais tarde iria ver em Harlem/ /Nova Iorque.

Enquanto os países europeus iam caindo, um após outro, e o avanço das tropas nazis parecia imparável, Portugal, na ponta ocidental da Europa e afastado do cenário da guerra, preparava-se para abrir as portas da Exposição do Mundo Português (EMP), ponto alto das comemorações centenárias. Se o começo da guerra, em setembro de 1939, tinha feito equacionar o cancelamento da exposição, a verdade é que a neutralidade portuguesa e o investimento já feito levarão o Governo a desistir desse recuo, tanto mais que, como já se referiu, nos primeiros meses do conflito, pouco ou nada acontecera.

A ofensiva alemã da primavera de 1940 altera substancialmente o panorama. Contudo, a exposição estava praticamente pronta e o melhor era seguir em frente.

O momento da inauguração não podia ter sido o pior. A 22 de junho de 1940, a grande França, que todos consideravam invencível, reconhecia em Compiègne a sua derrota. No dia seguinte, num contraste absoluto, Lisboa em festa inaugurava, em Belém junto ao Tejo, a sua grande Exposição do Mundo Português. À cerimónia protocolar, no Palácio da Ajuda, compareceriam lado a lado representantes de todos os países, beligerantes ou não. Afinal, a neutralidade lusa era importante, tanto para o Eixo como para os Aliados.

Apesar de não ter sido tão elevado como se esperava, o número de visitantes estrangeiros foi grande, sendo a maioria destes refugiados em trânsito.

Um deles, o escritor e piloto aviador Antoine de Saint-Exupéry, escreveria sobre o recinto:

Melancólico, deambulava, noite após noite, percorrendo a exposição. Que soluções notáveis e que gosto tão requintado! Tudo tendia para a perfeição. Até a música. Discreta e bem escolhida, fluía suavemente pelos jardins, sem ostentação, à maneira do cantar de uma fonte. Como poderia esta noção maravilhosa das proporções desaparecer deste mundo?

Por Belém passarão muitos outros refugiados, alguns dos quais — como o ministro da Justiça luxemburguês no exílio, Victor Bodson — far-se-ão fotografar vestidos de chineses na Rua de Macau.

Uma das coqueluches da EMP seria a Nau *Portugal* ancorada no Tejo. A jornalista francesa Suzanne Chantal usá-la-ia como cenário para um encontro imaginado de dois refugiados, no seu romance *Deus não dorme*:

Bruscamente, por um buraco de nuvens, a claridade irrompeu, inundou o cais, o rio. E absurdo, feérico, acostado perto de um guindaste mais alto do que o seu mais alto mastro, viram um estranho barco. Era um galeão das Índias, de três mastros, semelhante àqueles que transportaram, outrora, o ouro, as especiarias e as sedas para os faustos de Queluz. Na popa armoriada erguiam-se estátuas

douradas. As águas embalavam a nau, os mastros gemiam. No interior viam-se lâmpadas a brilhar.

Jan agarrara a mão de Liouba. Avançavam sem dizer palavra, espantados.

O barco não tinha ar de ser verdadeiro, era como uma nave dos contos de fadas. O caverna vermelho tinha uma balaustrada, e três grandes lanternins balançavam-se à popa, desenhando sobre o céu cinzento-azulado as suas linhas elegantes.

— Vem — murmurou Jan — vamos ver o que é isto.

Uma tábua transpunha o braço de água que separava a embarcação do cais. [...] O convés estava sem ninguém e o castelo da popa dominava-o reluzente de ouro. A lua emprestava reflexos luminosos às estátuas, às folhas de acanto esculpidas em madeira, às colunas salomónicas e aos brasões.

— Que será isto?

Liouba não tentava saber. Era maravilhoso o embarque neste barco lunar e dourado! O Tejo balançava-os o suficiente para que pudessem crer que iam partir.

Curioso, Jan furava, avançando para uma porta aberta sob a luz. Ao aproximarem-se, ouviram barulho, murmúrio de operários em pleno trabalho.

Em breve estavam numa vasta sala, o teto sustentado por colunas de madeira esculpida. Homens e mulheres de blusa branca trabalhavam, rapidamente, num ambiente carregado do cheiro do verniz. Sobre coroas de hera que

se enrolavam em volta das colunas, sobre florões que ornavam os panejamentos do teto, sobre as almofadas das portas, cuidadosamente, estendiam folhas de ouro. Uma poeira cintilante cobria-os, colava-se-lhes aos dedos, agarrava-se-lhes aos cabelos, até mesmo aos lábios. O sobrado estava coberto desta poalha ténue.

Os operários encontravam-se tão ocupados que Jan e Liouba puderam aproximar-se. Mas um homem de casaco, que parecia dirigir os trabalhos, deu fé deles e perguntou-lhes o que queriam.

— Oh nada — disse Jan — íamos a passar...
É formidável este barco, o que é?

Os operários, admirados desta ignorância, olhavam-nos, sem, entretanto, deixarem de esmigalhar as películas de ouro entre os dedos.

É a «Nau Portugal» — explicou o contra-mestre — vai para Belém. Para a Exposição.

Também o escritor alemão Alfred Döblin se referiu à exposição que veria de longe no momento da partida.

O navio levantou âncora na escuridão da noite. Lentamente foi virado e rebocado Tejo abaixo. A exposição do centenário resplandecia como num conto de fadas, à nossa passagem. A sua mágica luminosidade foi a última imagem que tivemos da Europa, envolta em luto.

V

Em trânsito

Quase da noite para o dia, Lisboa tornava-se, sobretudo depois da queda de Paris, numa cidade trepidante. Babel de línguas, com revistas e jornais de quase todo o mundo e carros de matrícula estrangeira, aqui abandonados na impossibilidade de continuarem viagem para o outro lado do Atlântico. À estação do Rossio chegavam diariamente, vindos de Espanha e França, centenas de refugiados. Famílias inteiras, gente desgarrada, cientistas, intelectuais, artistas de cinema e teatro, diplomatas, agentes secretos, governos no exílio, realeza, etc.

Atravancada de carros e de gente, a cidade, já de si barulhenta, ainda se tornava mais caótica. Para os que chegavam, habituados a outras capitais mais ordeiras, o barulho, a condução desregrada e o buzinar constante surpreendiam-nos. A 1 de abril de 1941, por exemplo, escrevia-se na revista de propaganda alemã *Signal*:

Os condutores conduzem de forma endiabrada com grande barulho de buzinas, mas

circulam com à-vontade em Lisboa. Por vezes, em pontos perigosos ficamos tentados de gritar «de vagar».

Também o escritor alemão, Alfred Döblin, escreveria no seu livro *Viagem ao destino* que «Lisboa é uma grande fábrica de produção de barulho».

Como seria de esperar, e embora a convivência entre os refugiados e os nacionais não fosse propriamente comum, o confronto com os hábitos dos que chegavam provocaram espanto, imitação e... indignação.

O mesmo acontecerá noutras cidades e nas estâncias balneares e termas onde os recém-chegados são colocados em regime de residência fixa até poderem viajar para outras paragens.

Afastado geograficamente do coração da Europa e moldado pela ditadura salazarista, Portugal irá reagir de modos diferentes às novidades.

Homens sem chapéu, mulheres sem meias que fumavam e frequentavam cafés sozinhas, fatos-de-banho ousados, tudo seria motivo de falatório e, por vezes, de escândalo. Atentas, as autoridades tentam travar estas modernices. Mas algumas modas tinham vindo para ficar, sobretudo nas estâncias balneares, onde a vida corria de forma mais leve.

Aos poucos, as portuguesas começam a imitar as refugiadas. Deixam as meias, mudam de penteado, e, timidamente, começam também, embora acompanhadas, a frequentar as esplanadas dos cafés.

Como seria de esperar, os mais conservadores e a Igreja protestam contra a «má influência» dos

costumes estrangeiros... Muitos foram os artigos que saíram a esse propósito nos jornais, sobretudo regionais. Também o jornalista francês Eugene Tillinger, que permaneceu algum tempo na Figueira da Foz, escreve, em 1940, num artigo do *Daily Mirror*:

Os círculos clericais de Lisboa estão preocupados com a «má influência» que as muitas senhoras refugiadas chegadas de Paris, Bruxelas ou Varsóvia possam ter na moral dos portugueses. Anotam que as mulheres portuguesas estão a usar cada vez mais maquilhagem e que, é pior, a copiar as modas em chapéus e sapatos usados pelas estrangeiras. Ainda por cima, começam a fumar em público. Um senhor português, casado há quatro anos e pai de quatro filhos, apaixonou-se por Asta N., uma beleza holandesa com 19 anos. Abandonou a mulher e os filhos e pediu o divórcio. O que aconteceu a seguir? A rapariga holandesa foi presa e acusada de comportamento imoral. Aguarda agora na prisão de Caxias um visto para poder regressar ao seu país.

Preocupadas com estas «anomalias comportamentais», as autoridades policiais também se queixavam do trabalho extra que tinham:

O número de estrangeiros aqui residentes, sobretudo no Estoril, aumenta dia a dia, muitos deles não vão para os hotéis, alugam casas e espalham-se pelo Estoril, Monte Estoril e, sobretudo, pelas imediações do *Golf* — várias nacionalidades, diversas políticas, ociosidade,

nervosismo encontram-se e chocam-se, no casino, no Tamariz, no Deck Bar, etc.

Um estado de nervosismo natural gera todos os conflitos, hoje um inglês e um alemão lutam no Tamariz em fato de banho, amanhã dois belgas e dois holandeses de política diferente agridem-se por causa da política do seu país, uma simples ligação de telefonia é a causa de um conflito e de uma agressão, as palmas a um filme de assuntos militares origina um protesto e justifica uma agressão.

Depois os recursos de alguns vão-se acabando, surge o mal-estar, os calotes, as aventuras e até o roubo.

[...]

Em tais condições, seria útil o policiamento mais cuidado, que o número de guardas pagos pela Câmara não permite, pois eles têm a seu cargo serviços de fiscalização, cobrança, repressão da mendicidade, da vadiagem, etc., dando-se assim segurança não só aos moradores como para bem dos serviços de ordem pública. [...]

Durante os primeiros anos da guerra, Lisboa seria constantemente objeto de reportagens de jornalistas internacionais que publicavam os seus artigos em jornais e revistas como *The New York Times*, *Fortune*, *Life*, *National Geographic*, *The Times*, *Saturday Evening Post*, entre outros.

A situação só regressaria à normalidade quando, após a vitória aliada em 1945, os náufragos da guerra ainda em Portugal partiram para outros destinos.

VI

Não ser indiferente

Não se sabe ao certo quantos refugiados terão passado por Portugal, mas é mais ou menos consensual que, só durante o ano de 1940, por aqui tenham passado cerca de 30 mil pessoas. Se muitos vinham com papéis em ordem e vistos ao abrigo das restritivas ordens emanadas por Lisboa, a esmagadora maioria não estava nessas condições. Então, como tinham conseguido entrar? A razão foi simples. Ignorando as diretivas recebidas, o cônsul português em Bordéus colocou a sua consciência à frente do dever estrito de obediência e desobedeceu.

Assim, a maior parte dos que aqui vão chegar na última quinzena de junho de 1940 trará vistos assinados ou autorizados por ele. Ainda que em muito menor escala, sabe-se que outros diplomatas portugueses também foram, aqui e ali, facilitando alguns vistos. A identificação desses funcionários e a contabilização rigorosa do número de pessoas auxiliadas estão longe de estar concluídas.

Há investigadores que já se debruçaram sobre o assunto. É o caso de Irene Pimentel, que no seu livro *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial* refere que, a partir de 1930, com o início das perseguições aos judeus alemães, se estabeleceu um negócio de passaportes portugueses organizados com a conivência de cônsules honorários e mesmo de carreira. Assim, em 1936, as representações diplomáticas de Génova, Salónica, Genebra, Marselha, Paris e Viena terão considerado portugueses 284 judeus sefarditas. O mesmo faria o cônsul português em Atenas, Lencastre de Menezes, que, ao abrigo de uma lei de 1913, negociou 200 passaportes. Veio a ser exonerado, mas, segundo aquela investigadora, alguns destes passaportes acabariam, em 1944, por salvar da morte várias dezenas de pessoas.

Conhecem-se casos de outros cônsules que concederam passaportes a judeus antes do começo da guerra. Foi o caso do cônsul honorário de Milão, Giuseppe Agenore Magno, e do de Ruão, Israel Abraão Anahory. Seriam ambos exonerados dos seus cargos. Anahory, que era português, seria preso pela PVDE, em 1940, e deportado para São Tomé. Deste arquipélago conseguiu, contudo, passar a uma colónia francesa e juntar-se às forças do general de Gaulle.

Como veremos, também em 1944, dois diplomatas portugueses, Carlos Sampaio Garrido e Teixeira Branquinho, farão a diferença, em Budapeste, ao concederem a judeus húngaros um milhar de passaportes de proteção. Sampaio Garrido e Sousa Mendes foram distinguidos pelo Yad Vashem com a medalha de «Justos entre as Nações». Mas não foram

os únicos portugueses a recebê-la. Mais recentemente, em 2004 e 2015, José Brito Mendes e o padre Joaquim Carreira obtiveram, a título póstumo, essa distinção.

A história destes dois últimos conta-se em breves palavras. Na década de 1920, José Brito Mendes, como tantos portugueses, procurou no estrangeiro um futuro melhor. Não escolheu o Brasil, mas a França, para onde, na época, o fluxo de emigração era ainda pequeno. Pouco depois de chegar, José casa-se com uma francesa de nome Marie-Louise. O casal instala-se nos arredores de Paris, em Saint-Ouen, e tem um filho a quem chamaram Jacques.

Para além de algum operariado francês, concentravam-se nestes subúrbios parisienses emigrantes de vários pontos da Europa, nomeadamente portugueses, espanhóis, italianos e polacos. José e Marie-Louise tornam-se amigos próximos de um casal judeu polaco, seu vizinho, Aron e Fojgel Berkovic. Estes têm, em 1937, uma filha, Cécile, criada juntamente com Jacques.

Com o começo da guerra, e sobretudo depois da ocupação de Paris, os Berkovic tentaram manter-se longe de confusões, mas em vão. Quando Aron é preso, a mulher consegue temporariamente esconder-se na capital francesa. Não querendo colocar a vida da pequena Cécile em risco, pede aos Brito Mendes que a acolham. E assim foi.

Aron, deportado a 15 de junho de 1942, será assassinado em Auschwitz. Fojgel, detida numa rusga, é levada para o campo de Drancy e enviada mais tarde para um campo de extermínio. José, que ia acompanhando o destino da amiga, ainda lhe leva a filha, então com cinco anos, com o intuito de a ver.

Para consumo externo, Cécile era uma prima de Jacques. Por precaução, as duas crianças são enviadas para casa de familiares que viviam no campo, onde ficarão até a derrota alemã.

Terminada a guerra e confirmada a morte do casal Berkovic, os Brito Mendes iniciam o processo de adoção de Cécile. Contudo, um tio da menina, que sobrevivera a Dachau, reivindica a tutela e leva a criança para os Estados Unidos.

Em 1987, Cécile, que, entretanto, mudara de nome, regressa a França em busca dos Brito Mendes, já não os conseguindo localizar. Em 2002, Jacques, que nunca desistira de a encontrar, descobre, através da *internet* e das associações das Crianças Escondidas, as filhas de Cécile. Estas desconheciam totalmente a história da mãe, sabendo apenas que tinha nascido em França e que os avós, como milhões de outros judeus, tinham morrido nos campos de extermínio.

Quanto ao padre Joaquim Carreira, a história é um pouco diferente, mas o espírito humanitário não. Originário da região de Fátima, entra no seminário em 1920. Seis anos depois, é enviado para Roma e ordenado sacerdote. Aqui completa o curso de Filosofia e Direito Canónico e faz um doutoramento em Teologia. Em 1931, regressa a Portugal, onde fica até 1940, ano em que volta para Roma. Nomeado vice-reitor do Colégio Pontifício Português, cedo se torna reitor.

Vivendo o período negro da II Guerra Mundial, o padre Carreira vai acolher, sobretudo após a ocupação da capital italiana pelos nazis, dezenas de pessoas em perigo, que esconde e alimenta. Seriam maioritariamente judeus e antifascistas. Sobre isso

escreve o próprio no relatório do Colégio para o ano letivo de 1942-1943:

Concedi asilo e hospitalidade no colégio a pessoas que eram perseguidas na base de leis injustas e desumanas.

Por ser considerado território da Santa Sé, o Colégio não podia ser sujeito a rusgas. No entanto, pelo menos uma vez, os alemães forçaram a entrada, à procura de refugiados e de resistentes. Temendo que isso acontecesse, o padre Carreira já os tinha encaminhado para lugares seguros. Assustados, os três membros da família ítalo-judia Cittone (na base da avaliação do processo iniciado pelo jornalista António Marujo para o reconhecimento da ação do padre Carreira) que aqui se tinham acolhido resolveram procurar outro lugar para se esconder, o que não impediu o Yad Vashem de reconhecer Joaquim Carreira, em 2015, como «Justo entre as Nações». Este padre português terá salvo dezenas de pessoas.

VII

Coragem para desobedecer

Para além dos dois Justos já referidos, o Yad Vashem distinguiu dois diplomatas portugueses que durante a II Guerra Mundial foram tocados pelo sofrimento alheio.

A atuação do Governo português, liderado por Oliveira Salazar, que acumulava a Presidência do Concelho e as pastas dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, foi exatamente a oposta.

Fortemente influenciado pelos pareceres da PVDE, e sempre com o objetivo de manter uma neutralidade estrita, Salazar, como muitos outros governantes, tentou restringir ao máximo a entrada de estrangeiros, sobretudo judeus. Nada que hoje nos surpreenda perante o drama atual, que se desenrola há anos, dos refugiados, sem que a Europa e o mundo consigam entender-se sobre este assunto.

A 28 de outubro de 1938, a Alemanha expulsava 17 mil judeus de origem polaca. Impedidos de entrar na Polónia, ficam a vaguear, sob condições climatéricas extremas, sem rumo, comida ou abrigo. Seria, como vimos, por causa desta tragédia que o

jovem Herschel Grynszpan assassina, em Paris, um diplomata alemão, dando origem ao *pogrom* da Noite de Cristal. Ainda em 28 de outubro, o Ministério dos Negócios Estrangeiros português, em sintonia total com as políticas restritivas europeias, fazia chegar aos postos diplomáticos a Circular n.º 10 desse ano. Através deste documento, o Governo apenas autorizava vistos de turismo de 30 dias aos que não pudessem regressar aos países de origem.

Em Berlim, onde era bem visível a situação aflitiva dos judeus, a legação portuguesa e o seu ministro, Veiga Simões, tentam contornar algumas regras. Ser-lhe-ia, por isso, chamada a atenção. A 21 de dezembro de 1938, Salazar envia ao ministro o seguinte telegrama:

Polícia informa que consulado em Berlim está concedendo vistos passaportes judeus alemães sem consulta prévia polícia portuguesa, chanceler do consulado passa também declarações aos interessados de que não vê inconvenientes sua vinda para Portugal. Rogo V.^a Ex.^a se sirva ordenar cessação imediata destas práticas.

O chanceler era Bento José Ferreira Machado, e não é provável que a sua atuação fosse desconhecida do ministro. Contudo, este funcionário faria mais. No livro de memórias de Manuel Homem de Mello, 2.º Secretário daquela Legação, *Eu vi morrer o III Reich*, pode ler-se:

Machado era exceccionalmente inteligente e culto, além de bom conversador. [...] Teve,

então, um trabalho esgotante, ao visar centenas de passaportes de judeus alemães que haviam recebido autorização para emigrar para os Estados Unidos, via Lisboa. Passou não poucas noites a trabalhar, para que esses judeus não perdessem a oportunidade de sair da Alemanha. E não cobrou quaisquer emolumentos extraordinários, como previa o Regulamento Consular. Deixara, assim, de receber milhares de marcos (os emolumentos extraordinários são muito elevados, mormente os que se referem a vistos concedidos durante a noite) que lhe teriam sido úteis, pois o seu ordenado era baixo e ele tinha de fazer traduções para viver mais desafogadamente. A sua bondade levava-o a não querer ter sequer a impressão de que «explorava» os judeus.

Um pequeno gesto, é verdade, mas foi aquele que Ferreira Machado podia fazer.

Também Homem de Mello ajudou a sobreviver, em Berlim, até ao final da guerra, uma família judaica, os Schlamm.

No início da sua estada em Berlim, o 2.º Secretário da Legação portuguesa conhecera Vera Durra, através de um português com quem, na época, estava relacionada. Mesmo depois de o português ter partido, Vera manter-se-á em contacto com Homem de Mello e sua mulher.

Perante o agravamento das perseguições, Vera e a família do padraço passam à clandestinidade, vivendo numas águas-furtadas de Berlim sob um nome falso, Schenk, que não traísse a sua ascendência judaica. Os Schlamm/Schenk conseguirão

sobreviver até ao final da guerra, graças ao apoio de vários alemães «arianos puros» e de senhas de racionamento que Homem de Mello e outros partilhavam com eles. Vera, contudo, não teve a mesma sorte. Incapaz de viver escondida, tenta arranjar documentos falsos e é apanhada pela Gestapo. Do comboio que a levava a Auschwitz, ainda consegue enviar uma carta à mãe onde incluiu uma foto de Homem de Mello, escrevendo no verso: «AJUDE-ME».

O 2.º Secretário, recorrendo a todos os seus contactos, consegue localizá-la e negocia um suborno para a resgatar. Consultada a sua mulher sobre o que fazer, esta responderá: «Está uma vida humana em jogo, temos de ceder esse dinheiro.» Usando as suas economias, Homem de Mello adianta metade do montante pedido, ficando o remanescente preparado para ser entregue quando Vera fosse libertada, o que nunca virá a acontecer, já que esta será assassinada em Auschwitz. Para não afligir a mãe e o padrasto de Vera, Homem de Mello, que os continuará a ajudar até ao fim, só depois da libertação de Berlim lhes relatará o trágico destino de Vera.

Em janeiro de 1939, a PVDE fazia uma nova chamada de atenção à Legação portuguesa em Berlim. Desta vez, o visado era o cônsul-geral em Hamburgo, Augusto Ribeiro de Melo, que estava a visar passaportes de judeus para Portugal e Ilhas, por períodos, não autorizados, de 30 dias. Este defende-se, alegando que só o fizera com conhecimento de Veiga Simões.

Em 1940, este ministro acaba por entrar em rota de colisão com Salazar. Chamado a Lisboa,

recusa-se a regressar sem resolver assuntos particulares. Salazar não gostou, e o ministro foi alvo de um processo disciplinar. Ficarà sem colocação até fevereiro de 1946, altura em que será enviado para um posto medíocre na China. O diplomata aceita, mas protela a partida, apresentando sucessivos atestados médicos, um dos quais passado pelo professor Egas Moniz. O Ministério dos Negócios Estrangeiros, porém, considera que houve abandono de lugar, e Veiga Simões é afastado compulsivamente da carreira diplomática. Opta, então, por viver em Paris, onde morrerà em 1954. O seu enterro em Arganil será fortemente vigiado pela PIDE, a polícia política sucessora da PVDE.

Para a ditadura, o ex-ministro em Berlim, mesmo depois de morto, continuava a constituir um perigo...

De modo a se compreender bem o peso do papel desempenhado pela polícia política, basta referir que, desde 1938, esta pedia a Salazar um endurecimento da política de vistos. No início de 1939, como referem Irene Pimentel e Ansgar Schaefer, o capitão Agostinho Lourenço solicitava mais competências para a polícia que chefiava. Assim se exprimia num relatório confidencial enviado a Salazar:

Numa época em que uma onda de propagandistas de teorias dissolventes e revolucionárias se espalha por toda a parte — em que numerosos «indesejáveis» sob vários aspetos procuram um país em que recomecem a vida irregular que autoridades policiais de outros países já fizeram interromper — numa época

em que enormes massas expulsas por outros Estados pretendem refugiar-se ou infiltrar-se em Portugal, excedendo a nossa capacidade de receção e com manifesto prejuízo da economia nacional em diversos ramos, é indispensável haver quem aprecie, selecione e fiscalize as pretensões de entrada.

O peso das decisões da PVDE começava a ser cada vez maior, o que levou a alguma contestação por parte dos diplomatas portugueses, que se consideravam mais bem habilitados do que a polícia política, mais que não fosse por esta estar em Lisboa a decidir quem deveria ter ou não visto sem acesso a toda a informação. Escusado será dizer quem ganhou este confronto...

Um dos diplomatas que se atreveu a pôr em causa as regras impostas pela todo-poderosa polícia política foi o cônsul de Marselha, José Augusto de Magalhães, que, em dezembro de 1940, escreveu corajosamente a Salazar, expondo o seu desagrado e pedindo a sua substituição urgente:

3) [...] É possível que a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado tenha sobejas razões para restringir o direito de livre-trânsito às pessoas, [...] mas o que não sofre dúvida é que a revogação, pura e simples, da alínea 3.^a das instruções de 13 de junho de 1940 retira, por completo, aos funcionários consulares o direito de apreciação de casos, que merecem, por vezes, ser considerados sob um ponto de vista mais liberal e menos policial, no interesse do nosso próprio país.

4) Há casos e são numerosos, em que o candidato a um visto de trânsito não pode receber aqui os recursos de que aí pode dispor para a aquisição da sua passagem.

5) Outros há, como o do Anexo n.º 2, que só podem conseguir o bilhete definitivo da passagem para o ultramar após a obtenção dos indispensáveis vistos consulares.

[...]

11) Talharam-nos os nossos antepassados como Pátria uma orla da Europa à beira do Atlântico, constituindo hoje, pelo sábio e clarividente Governo de Vossa Excelência, a única porta aberta sobre o resto do mundo, pela qual poderão sair as vítimas das perseguições políticas e religiosas. Poderemos e deveremos nós, falseando a missão que decorre de tal posição e do providencial Governo que vem fazendo a felicidade de Portugal, neste difícil momento histórico que a humanidade atravessa, interceptar o caminho e impedir a salvação dos que precisam sair deste Velho Mundo em convulsão?

12) Incorrigível sonhador, pelo meu espírito de trabalho e de organização, considerando as necessidades da nossa indústria e das nossas colónias, eu aspirava a ver fixados os honestos e vastos capitais e as comprovadas competências técnicas que nos procuram, na nossa metrópole ou no nosso império colonial, proporcionando-lhes um progresso de que eles poderiam ser fator decisivo. É-me, por isso, desagradável a missão negativista que as últimas disposições me impõem. Foi-me sempre

penoso dizer — Não — e hoje ainda mais do que nunca, impondo-se, por isso, a minha rápida e urgente substituição e, se possível, por um colega que sinta prazer em pronunciar aquele vocábulo e em criar dificuldades mesmo às mais legítimas pretensões.

13) Há criaturas que nascem para fazer mal e outras que só sentem prazer em fazer bem: aquelas são consideradas, por muitos, uns fortes e as últimas são consideradas como fracas. Por um sentimento de lealdade devo declarar que pertenço ao número dos últimos e [...] não desejo prejudicar ou embaraçar pelas minhas fraquezas, resultantes de um carácter que já não pode ser modificado, dada a idade a que cheguei.

Decalcada da sua congénere alemã, da qual recebera formação, a PVDE tinha bastantes desconfianças relativamente aos estrangeiros em geral e aos judeus em particular, muitas vezes associados a movimentos marxistas. Veja-se, por exemplo, o ofício confidencial enviado por Paulo Cumano, alto quadro da PVDE, ao Diretor-Geral do MNE a 6 de setembro de 1938: «[...] parece a esta polícia que os nossos consulados devem dificultar a emigração de judeus [...] A prática tem-nos demonstrado que o judeu estrangeiro é, por norma, moral e politicamente indesejável.» Ou o ofício de 22 de abril de 1940, também enviado por esta polícia ao MNE, aconselhando que o Ministério avisasse os cônsules em serviço na Holanda que, «antes de pedirem autorização para visar os passaportes, averiguem bem se os indivíduos que desejem vir

são ou não judeus, a fim de se evitar a entrada em Portugal de indivíduos dessa qualidade».

Com o começo da guerra, em setembro de 1939, as medidas de restrição aumentam e o controle das fronteiras também. A 11 de novembro de 1939, dois meses depois do início do conflito, o Ministério dos Negócios Estrangeiros fazia chegar aos seus consulados a Circular n.º 14. Esta estipulava que, devido às «atuais circunstâncias anormais», a «concessão de passaportes consulares portugueses e de vistos consulares» teria de obedecer a novas regras.

Os cônsules de 4.^a classe ficavam interditados de conceder passaportes ou vistos sem consulta prévia da Secretaria de Estado. Quanto aos cônsules de carreira, também eram obrigados a pedir autorização ao Ministério dos Negócios Estrangeiros nos seguintes casos:

a) Aos estrangeiros de nacionalidade indefinida, contestada ou em litígio, aos apátridas, aos portadores de passaportes Nansen [emitidos pela Sociedade das Nações para refugiados sem outra documentação] e aos russos;

b) Aos estrangeiros que não aleguem de maneira que o cônsul julgue satisfatória os motivos da vinda para Portugal e ainda àqueles que apresentem nos seus passaportes a declaração ou qualquer sinal de não poderem regressar livremente ao país de onde provêm; com respeito a todos os estrangeiros devem os cônsules procurar averiguar se têm meios de subsistência;

c) Aos judeus expulsos dos países da sua nacionalidade ou de aqueles de onde provêm;

d) Aos que invocando a circunstância de virem embarcar a um porto português não tenham nos seus passaportes um visto consular bom para entrada no país a que se destinam, ou bilhetes de passagem por via marítima ou aérea, ou garantia de embarque das respetivas Companhias. [...]

Basicamente, não podiam ser dados vistos aos que mais precisavam destes.

Mas a Circular n.º 14 não fechava as portas do país só aos estrangeiros «duvidosos». Os emigrados políticos portugueses eram também regulamentados:

A sua matrícula pode fazer-se a simples título de certificado de nacionalidade, sem que dê direito à proteção consular ou ao passaporte, e esta restrição deve ser averbada na matrícula e nos certificados que dela forem passados. [...] é defeso aos cônsules conceder passaportes sem prévia consulta à Secretaria de Estado.

Alguns, como Bernardino Machado, seriam autorizados a regressar, embora lhe tivesse sido vedada a sua residência em Lisboa. O antigo presidente da República seria, por isso, obrigado a residir a norte do rio Douro. Outros tentaram entrar sem autorização, mas acabaram presos na fronteira de Vilar Formoso. Foi o caso, entre muitos outros, de Francisco Cunha Aragão, Álvaro e Ernesto Poppe, Jaime Cortesão e a sua filha Maria Judith. Depois de uma passagem pelo Aljube e pelo

forte de Peniche, Jaime Cortesão e a filha exilar-se-iam no Brasil.

Apesar das determinações da Circular n.º 14, um diplomata começou a ignorar, pontualmente, estas diretrizes.

Logo em janeiro de 1940, o cônsul de Bordéus, Aristides de Sousa Mendes (1885-1954), era re-preendido por ter visado os passaportes de Arnold Wiznitzer e da sua família sem autorização de Lisboa. Sousa Mendes responderia que Wiznitzer era um conceituado professor vienense de Direito Internacional que, por ser judeu, ia ser internado num campo de concentração francês, deixando a família ao desamparo. E justificava: «considerarei dever de elementar humanidade evitar-se tão grave contingência.»

Dois meses depois, a PVDE era de opinião que, «devendo tratar-se de um refugiado judeu», não se devia permitir a passagem em trânsito para a Bolívia do professor de Medicina espanhol Eduardo Neira Laporte. Sousa Mendes, porém, discordou. Sabendo que o professor tinha «toda a documentação necessária para partir para a Bolívia, a convite do próprio Governo daquela República, e tendo já pago as passagens pelo único vapor que, partindo de La Rochelle, tinha ligação em Lisboa com o vapor para o Panamá, [...] afigurou-se-me odioso para mim negar-lhe o visto na véspera do dia em que devia embarcar».

Laporte seria impedido de desembarcar em Lisboa. No entanto, como também já não podia ser recambiado, a polícia não teve outro remédio senão levá-lo ao barco em que seguiria viagem. Obviamente a polícia política queixou-se ao Ministério

dos Negócios Estrangeiros, a 18 de março de 1940, do consulado de Bordéus que concedera este visto contra as suas instruções.

Perante isto, o Ministério faz nova advertência a Sousa Mendes, e desta vez o aviso era mais sério:

Ao Dr. Neira Laporte não foi permitido o desembarque em Lisboa, não só porque o visto lhe fora abusivamente concedido por V. S.^a, mas ainda porque a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado o considera indesejável.

A repetição de factos desta natureza, lesivos da disciplina, é altamente prejudicial para o serviço, para os interessados e, sobretudo, para a indispensável dignidade da função consular. Fica por isso V. S.^a advertido que qualquer nova falta ou infração nesta matéria será havida por desobediência e dará lugar a procedimento disciplinar [...]

O cônsul, porém, iria continuar a agir em função da sua consciência.

A invasão da Europa pelas tropas alemãs levaria o MNE a emitir nova circular, a n.º 12, que entre outras coisas determinava que vistos de trânsito só podiam ser concedidos a quem tivesse um visto definitivo para outro país e, já comprado, o bilhete da viagem. Um pedido irrealista, tendo em conta a situação de caos em que a maior parte dos países, a braços com uma invasão, se encontrava.

A 28 de maio desse ano, a diligente PVDE informava o MNE de que Sousa Mendes teria visado mais

17 passaportes belgas. A 8 de junho, a mesma polícia falava em mais três polacos. E adiantava:

A repetição destes factos, que denotam o não cumprimento das ordens recebidas, vem colocar esta Polícia numa situação difícil para resolver estes casos, por serem indivíduos que não estavam autorizados a entrar em Portugal, e que daqui não poderão sair, visto os outros países não lhes darem vistos.

A queda de Paris a 14 de junho e o pânico gerado pela chegada iminente dos alemães faz afluir ao Sul da França e, sobretudo, a Bordéus — na rota de fuga para a fronteira — largas dezenas de milhares de refugiados, maioritariamente judeus e anti-nazis. A pressão sobre os postos consulares que ainda funcionavam no meio deste caos foi enorme. Em Bordéus, por esses dias, acotovelavam-se pelas ruas e praças da cidade milhares de pessoas, desesperadas em busca de um papel que lhes permitisse abandonar a ratoeira em que a França se tornara.

Diariamente, o consulado português recebia centenas de pedidos que enviava para Lisboa. As dificuldades de comunicação, aliadas à visão burocrática de quem estava longe do inferno, fazia com que as respostas tardassem a chegar, sendo geralmente negativas. A pressão destes dias e a impotência por não ter autorização para fazer nada levam Sousa Mendes a adoecer. A 13 de junho, escreve ao seu cunhado Silvério Sousa Mendes: «Aqui a situação é horrível e eu estou de cama com um forte esgotamento nervoso.»

Dois dias depois, toma uma decisão que acabará com a sua carreira, mas que abrirá a milhares de pessoas as portas da Liberdade.

A partir de 17 de junho, Sousa Mendes começa a visar indiscriminadamente todos os passaportes que lhe chegam, vindos da rua. Muitos, sendo passaportes familiares, correspondiam a mais de uma pessoa, por vezes até a cinco.

Com os primeiros bombardeamentos e os alemães a chegarem às portas da cidade, desloca-se para Baiona, onde o caos era idêntico. Dá ordens ao cônsul Faria Machado para fazer duas coisas: passar vistos a toda a gente e não cobrar emolumentos que só faziam perder tempo. Esta atitude representou a hipótese de salvação para milhares de pessoas.

Sousa Mendes só seria travado a 24 de junho pelo ministro de Portugal em Madrid, Pedro Teotónio Pereira, que o manda regressar a Lisboa e invalida junto das autoridades espanholas fronteiriças os seus vistos. Sousa Mendes, porém, continua a emití-los na rua, por vezes, apostos em simples papéis de identificação, na esperança de que essas pessoas ainda conseguissem passar a fronteira a salvo.

Para Lisboa Teotónio Pereira enviaria um telegrama no dia 25:

[...] Toda massa estrangeiros existentes em França empurrada por invasão alemã refluíu cidades sul e pretendia obter visto para Portugal. Entre esses estrangeiros figuravam larga cópia judeus e originários vários países absorvidos ou vencidos por Alemanha que

se esforçavam com ou sem motivo [...] por fugir França todo custo. Nossos vice-consulados sul França mostraram-se desorientados situação que se agravou pelo facto cônsul de Portugal em Bordéus desvairado por acontecimentos começar dando vistos grande quantidade e levando depois cônsul de Portugal em Bayonne a adotar mesmo procedimento. Tal desorientação causou grande impressão lado espanhol esboçando-se logo campanha política contra Portugal acusando-se nosso país de dar acolhimento à escória dos regimes democráticos e elementos vencidos em fuga perante vitória alemã. [...] Demorei-me ainda hoje San Sebastián para vigiar de perto passagem fronteira e deixar bem esclarecido autoridades espanholas intenção nosso Governo. Ficou entendido que dávamos por nulos vistos cônsul de Portugal em Bordéus. Funcionário enviado por esse Ministério dos Negócios Estrangeiros ficou devidamente instruído por mim. Aqui publicou imprensa notícia procurando desfazer impressão errada já criada acerca nossa posição assunto refugiados.

Não podia ser mais esclarecedora a posição do Governo português.

Graças aos vistos emitidos ou autorizados por Sousa Mendes, a Vilar Formoso e a outras fronteiras começam a chegar, a partir de 20 de junho, milhares de refugiados, apanhando de surpresa as autoridades nacionais. A partir de 22 de junho e até ao final desse mês, o fluxo de entrada de

estrangeiros em Vilar Formoso será de duas mil pessoas por dia, como refere no seu diário o responsável do Posto de Turismo daquela localidade, António Hartwich Nunes:

Os dias 23 e 24 de junho foram os de maior tormenta. Chegaram à fronteira, nestes dois dias, umas duas mil pessoas, de comboio e de automóvel. [...] Na gare não se podia dar um passo, era um bloco de gente.

Mais à frente, num outro capítulo, Hartwich Nunes dava uma imagem da situação que se vivia na fronteira:

Por Vilar Formoso entravam, em tempo normal, 15 a 20 estrangeiros por dia. No dia 18 de junho, só o *Sud-Express* trouxe uns 80, e outros tantos o correio espanhol. Nos dias 19 a 20, manteve-se aproximadamente este número, duzentos e tal por dia, entre comboios e automóveis. Como a maior parte deles tivesse de ficar aqui, por não ter os passaportes em ordem, as pensões encheram-se, e muitos hospedaram-se em casas particulares. Vilar Formoso animou-se. Tínhamos já aqui uma população flutuante de perto de 500 pessoas, das mais variadas raças, nacionalidades e categorias. Pelas ruas ouvia-se falar checo, polaco, holandês, etc...

E ainda não tinha chegado o momento crítico, os dias de cem automóveis e de centenas de passageiros de comboio. Era um presságio da avalanche que se aproximava.

O Sul da França estava pejado de refugiados. De Bordéus vinham notícias alarmantes; que eram milhares, milhões, e que todos queriam vir para Portugal, única porta aberta para a paz e para o sol, diziam os que chegavam. Os alemães tinham ocupado Paris e continuavam o avanço para o Sul. Chegavam rumores que pela fronteira de Irun entravam em Espanha, com destino a Portugal, milhares de automóveis. E falava-se de uma bicha de cinco quilómetros de carros, para lá da ponte de Hendaia. Tudo isto nos fazia prever o mau bocado que nos estava reservado, a avalanche humana que por fim veio, embora sem bichas quilométricas e sem milhões de homens, mas suficiente para nos tirar o sono e o apetite.

Hartwich Nunes explicava também como a PVDE lidou com este assunto até à chegada do capitão Lourenço no dia 23:

O Magro [chefe do posto da Polícia Internacional], pálido, mas calmo e esfomeado, respondia ao aparelho com a mesma solicitude dos dias calmos: «sim meu capitão, sim meu capitão», «sim senhor, meu Diretor». E os passaportes iam entrando no posto aos braços. Eram às centenas. Por cima das mesas, pelo chão, em caixas de cartão, em atados, aos montes! E cada um daqueles livrinhos engraçados, terríveis, correspondia a uma pessoa, quando não a duas ou a três. Havia-os de todas as cores, de todos os feitios e de todas as idades; novos, velhos, com encadernações de luxo

e esfarrapados, sebentos. E o Magro tinha de ver um por um. Estudar cada caso, resolvê-lo conforme as instruções que vinham de Lisboa, pelo fio de cinco em cinco minutos. E depois havia ainda, também pelo fio e também de Lisboa, os recados e as recomendações, tão impertinentes como inúteis. Era a Legação de Tal que pedia por A, que devia cá estar. Era o diretor de certa importantíssima companhia, que recomendava B que devia chegar. Era um Hotel Palácio qualquer que tinha reservados quartos para C e queria saber se já tinham passado, se já cá estavam. Que inconsciência! Com certeza ninguém fazia ideia do que se passava em Vilar Formoso. Encontrar A, B ou C num rebanho de mil e tantas cabeças, entre mil e tantas malas e maletas! Só visto, Senhores; só visto!

Não deixa de ser curioso que nas Memórias de Hartwich não se referisse que a maioria daquelas pessoas vinha ilegitimamente com vistos de Sousa Mendes, como afirmou no processo disciplinar deste diplomata o capitão Agostinho Lourenço, o que nos leva a pensar que o assunto não tivesse sido ventilado fora do âmbito da polícia internacional.

Só assim se explica a ausência de referências ao cônsul de Bordéus e, sobretudo, ao que viria ainda a escrever Hartwich Nunes:

Na tarde do dia 22, chegou aqui o capitão Agostinho Lourenço, diretor da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. O Magro, de

alívio, respirou fundo. Saía-lhe dos ombros uma grande responsabilidade. Era um domingo. Inaugurava-se oficialmente em Lisboa a Exposição do Mundo Português. O capitão Lourenço devia assistir à cerimónia. Tinha jantado na véspera com Salazar, com António Ferro — meu diretor — e com o ministro do Interior. Falaram da Exposição e falaram dos refugiados. E em vez de ir para Belém, resolveu vir para Vilar Formoso. «O António Ferro dizia-me, ontem à noite, que devíamos receber toda a gente de braços abertos» — dizia-me o diretor da Polícia — «veja você se é possível! Meu amigo, isto não vai com poesia; isto vai mas é com prosa.»

Na verdade, por muito que se abrissem os braços, seria difícil acolher neles toda aquela gente. Em todo o caso, abriram-se os braços tanto quanto possível, demo-nos as mãos e toda a gente entrou. Foram uns para as Caldas, outros para a Figueira, uns para Coimbra, outros para a Curia, mas todos entraram e ficaram gratos. Ainda há pouco li a cópia duma carta dirigida pelos refugiados da Figueira da Foz ao Senhor Presidente do Conselho, na qual exprimem o seu profundo reconhecimento pelo modo como foram recebidos.

O que estas pessoas não sabiam, nem podiam saber, é que não era a Salazar — que tudo fizera para os impedir de entrar — que tinham de agradecer, mas a um diplomata que, em consciência, resolvera desobedecer e que, por isso, viria a pagar um preço muito elevado.

Com o encerramento temporário da fronteira e a anulação dos vistos do cônsul de Bordéus, a vaga de refugiados amainava e Portugal voltava a fechar as suas portas, ignorando o drama que lá longe se desenrolava.

Mandado regressar a Lisboa, Sousa Mendes iria ser alvo, como já se referiu, de um processo disciplinar. Entre outras testemunhas de acusação constava o diretor da PVDE, o capitão Lourenço:

[...] tendo estado em Vilar Formoso, durante os últimos dias de junho do corrente ano, a fim de orientar a entrada de refugiados, verificou que a maioria dos estrangeiros que se apresentaram para entrar em Portugal trazia os seus documentos visados pelo nosso consulado em Bordéus [...] Que muitos dos vistos foram apostos em documentos que nem sequer passaportes eram: simples papéis de identidade [...]

Em sua defesa falaria o ministro de Portugal em Bruxelas, Francisco de Calheiros e Menezes, que atestou a situação caótica e aflitiva que se vivia em França. Disse, também:

É neste ambiente [...] que tem de ser vista e julgada a atitude do arguido. Outros, talvez menos impressionáveis ou mais fortes física ou moralmente, teriam possivelmente suportado a tormenta e resistido às súplicas veementes e angustiosas que sofressem. Crê o depoente que o cônsul em Bordéus se deixou dominar, como tantos outros, pelo horror da tragédia a que assistia.

Em sua defesa escreveu também Sousa Mendes na resposta à nota de culpa:

Era realmente meu objetivo «salvar toda aquela gente», cuja aflição era indescritível: uns tinham perdido os seus cônjuges, outros não tinham notícias dos filhos extraviados, alguns haviam visto sucumbir pessoas queridas sob os bombardeamentos alemães que todos os dias se renovavam e não poupavam os fugitivos apavorados. Quantos tiveram de inumá-las, antes de prosseguirem na louca correria da fuga!

Mas, além deste aspeto emocionante ao máximo, que me enchia de comiseração por tanto infortúnio, outro havia para mim que não era para desprezar, o da sorte que estava reservada a tanta gente se caíssem nas mãos do inimigo. Com efeito, eram numerosos entre os fugitivos os oficiais dos exércitos dos países ocupados anteriormente, austríacos, checos e polacos, os quais seriam fuzilados como rebeldes; eram igualmente numerosos os belgas, holandeses, franceses, luxemburgueses e até ingleses, que seriam submetidos ao duro regímen dos campos de concentração alemães; havia intelectuais eminentes, artistas de renome, homens de Estado, diplomatas, da mais alta categoria, grandes industriais e comerciantes, etc. que teriam a mesma sorte.

Muitos deles eram judeus, que, já perseguidos antes, procuravam angustiosamente escapar ao horror de novas perseguições [...]

Junte-se a este espetáculo o de centenaes de crianças, que, acompanhando os pais, participavam dos seus sofrimentos e angústias [...]

Quantos suicídios e outros atos de desespero se produziram, quantos atos de loucura de que eu próprio fui testemunha!

Tudo isto não podia deixar de me impressionar vivamente, a mim que sou chefe de numerosa família e compreendo melhor do que ninguém o que significa a falta de proteção à família.

No final da sua defesa, Aristides concluiu:

Para a minha consciência representam as suas palavras a mais preciosa recompensa pelo que por eles fiz. E agora consola-me sobremaneira ver nos jornais portugueses, diariamente, quanto a estada de todos estes estrangeiros está sendo apreciada e como eles se mostram reconhecidos à hospitalidade portuguesa e dignos dela.

Não me consta que até agora algum deles tenha perturbado a ordem pública ou abusado de qualquer forma dessa hospitalidade.

Posso ter errado, mas se errei não o fiz com intenção, tendo procedido sempre segundo os ditames da minha consciência, que, apesar do esgotamento nervoso que sofri e sofro ainda pelo excesso de trabalho suportado, passando semanas quase sem dormir, nunca deixou de me guiar no cumprimento dos meus deveres, com pleno conhecimento das minhas responsabilidades.

Estes argumentos não comoveram Salazar, que, como ministro dos Negócios Estrangeiros, lhe aplicou uma pena ainda mais dura do que as que o instrutor e o relator do processo tinham proposto, respetivamente, «suspensão de exercício e vencimento de mais de 30 até 180 dias» e o «regresso à categoria imediatamente inferior».

A 30 de outubro de 1940, Salazar assina um despacho no qual Sousa Mendes é condenado a um ano de inatividade, com direito a metade do vencimento da categoria, devendo ao fim desse tempo ser aposentado compulsivamente.

Sousa Mendes ainda tentaria reativar a sua carreira de advogado mas dificuldades de ordem vária não o permitiram. Em maio de 1945, o antigo cônsul sofreria uma hemorragia cerebral que o deixaria hemiplégico do lado direito.

Em agosto de 1945, já com a guerra terminada, voltaria a escrever a Salazar e ao presidente da República, pedindo que o seu caso fosse reavaliado à luz dos inúmeros agradecimentos que chegavam constantemente do estrangeiro pelo acolhimento dado por Portugal aos refugiados. Também escreveu ao embaixador do Brasil em Lisboa e ao cardeal-patriarca, pedindo que intercedessem por ele. Ninguém lhe respondeu.

Em dezembro de 1945, apelou ainda à Assembleia Nacional. Obviamente, nada aconteceu. Nem mesmo o papa Pio XII, a quem escreveria em 1946, através do cardeal Masella, a pedir consolo espiritual, se dignaria a responder.

Os seus filhos, porém, nunca desistiriam de reabilitar a sua memória. Em 1967, Sousa Mendes receberia, postumamente, a medalha de honra

atribuída pelo Governo de Israel, «Justo entre as Nações».

Em Portugal, a sua reabilitação seria muito mais tardia. Começou timidamente em 1987 e por pressão da comunidade internacional. O cônsul foi reintegrado postumamente na carreira diplomática. A indemnização devida à família foi, por decisão conjunta desta e do MNE, atribuída diretamente à futura Fundação Aristides de Sousa Mendes de forma que fosse possível a re aquisição da casa do Passal. Diversas iniciativas passaram a evocar a sua memória: entre outras, contam-se o Museu Virtual Aristides Sousa Mendes, *online* desde 2008, e Vilar Formoso, Fronteira da Paz, Memorial aos Refugiados e ao cônsul Aristides de Sousa Mendes, inaugurado em agosto de 2017. Também a sua casa em Cabanas de Viriato, a Casa do Passal, está em vias de recuperação e musealização. No estrangeiro, o seu nome foi dado, em vários países, a ruas e praças, e em Israel, o primeiro país a homenagear o cônsul português, foram plantadas dez mil árvores em sua memória.

Mas ainda hoje há quem conteste a sua reabilitação, uns por saudosismo da ditadura, outros por entenderem que a desobediência a ordens superiores nunca pode ser posta em causa. Por essa ordem de ideias, teríamos de aceitar como justificável a atuação de seres como Adolf Eichmann — responsável pela logística das deportações em massa de judeus para campos de extermínio — que durante o seu julgamento alegou que apenas estava a cumprir ordens.

VIII

Outra forma de ajudar

Em setembro de 1942, o ministro português em Budapeste, Carlos Sampaio Garrido, enviava a Salazar um extenso relatório de 17 páginas no qual referia detalhadamente o que se passava na Hungria e como se estavam a processar as relações entre a Alemanha e os países vizinhos. É um documento amargo, escrito por um homem que está a presenciar o avanço de uma política de horror na qual não se revê, muito menos acredita:

E para depois da guerra o Sr. Dr. Funk, hoje ministro da Economia do Reich, e amanhã, segundo os desígnios do Sr. Hitler, supremo orientador da economia europeia, promete distribuir, quase de graça, matérias-primas a todos os países que delas necessitem, sobretudo àqueles que a Alemanha hoje tanto sacrifica, facto que virá, segundo o mesmo denodado economista, a compensar lautamente as «pequenas deficiências» do angustioso presente!

E, assim, criando, mantendo e afirmando esperanças nos países que se afogam na irrealidade destes sonhos, vai o sistema de promessas a longo termo, sendo proveito para o Reich!

A Nova Ordem, sob o aspeto económico, resistindo, enfrentando as durezas do presente, caminha em estrada de risonhas promessas! Sob o aspeto moral, a Nova Ordem, alicerçada na ética nacional-socialismo, amálgama de ateísmo e de racismo idólatra, desfralda os estandartes da blasfémia e do império pagão, de ignomínia e do crime!

O Sr. Hitler gritou: «Si l'on n'a point la volonté d'être cruel, on n'arrive à rien... De tout temps le pouvoir s'est fondé sur ce que les bourgeois appellent le crime...»

Ouvindo tal frase, o «maire» da cidade húngara de Újpest «corajosamente» negou às mães judias o leite indispensável à existência dos filhos! Na intransigência dos princípios de tão meritório ariano encontraram a morte a algumas crianças cujos cadáveres pelas próprias mães foram depostos nos portais das igrejas católicas!

Na cidade de Ujvidék, reavida pelos húngaros, ao retalhar a Alemanha a Jugoslávia, por instigações dos que abraçam tais doutrinas, a soldadesca desvairada atirou ao Danúbio, coberto então de gelos, depois de saqueadas 2800 pessoas, homens, mulheres e crianças, na maioria judeus!

E bem pequeno é este número comparado àquele que representa o massacre infligido aos sérvios! Mais de 600 mil foram assassinados!

Chagados por dores morais, por dores físicas, esfarrapados sem teto nem pão, foram atirados 70 mil judeus para os montes Cárpatos e para a Polónia, que morre de fome!

Contra todos os princípios da dignidade humana, dos lares arrancam-se homens e mulheres, dos berços arrancam-se as crianças! [...]

Termino com um número sugestivo, sintoma inconfundível do estado espiritual desta Nação! No ano de 1941 registaram-se 6114 suicídios.

«un artiste [alusão a Adolf Hitler] et un artiste insatisfait, un peintre raté pour tout dire, fait payer cher à l'Europe son insuffisance», diz Mauriac.

Quem era este diplomata?

Carlos de Almeida Fonseca Sampaio Garrido (1883-1960) começa a sua carreira diplomática em 1901 como adido de legação. Depois de vários anos no Brasil como cônsul, assume, em dezembro de 1930, o posto de cônsul-geral em Paris. Três anos depois, ascende ao posto de ministro plenipotenciário de 2.^a classe e inspetor consular. Em 1935, parte para Buenos Aires como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. Quatro anos depois, a um mês do começo da guerra, é colocado em Budapeste, também como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.

Ficará na Hungria até à invasão alemã, em 1944, altura em que o Governo português decide baixar o nível da sua representação naquele país. Será substituído pelo encarregado de negócios Alberto Carlos de Lis-Teixeira Branquinho (1902-1973). Apesar de só Sampaio Garrido ter sido reconhecido

como «Justo entre as Nações», a ação conjunta destes dois homens, com algum beneplácito do Governo de Lisboa, seria fundamental para a salvação de, pelo menos, mil judeus.

Vamos aos factos.

Como tantos outros países, a Hungria viu-se, após o fim da I Guerra Mundial, a braços com uma crise económica que se agravou com a queda da Bolsa de Nova Iorque, em 1929. À frente dos destinos do país encontrava-se, desde o fim da guerra, um regente real, o almirante Miklós Horthy, que instituíra um Governo conservador e nacionalista. No final da década de 1930, Horthy aproxima-se perigosamente dos países do Eixo. Pressionado por Hitler — que ajudara a Hungria a recuperar alguns territórios perdidos em 1918 — acaba por alinhar do lado deste em 1941, tendo o exército húngaro lutado ao lado da *Wehrmacht* na União Soviética e na antiga Jugoslávia.

Contudo, em 1944, os ventos da guerra começavam a mudar. Horthy tenta, então, um armistício secreto com a Grã-Bretanha. Ao saber-se traído, Hitler chama o regente a Berlim e avisa-o de que, com ou sem o seu consentimento, irá ocupar a Hungria. As razões eram simples, a Hungria não estava a fornecer em quantidade o que a Alemanha precisava, estava a aproximar-se dos aliados, os jornais húngaros continuavam a escrever o que queriam e, pior ainda, havia no país um milhão de judeus a desenvolver «atividades destrutivas e de espionagem».

Assim, a 19 de março desse ano, a ocupação concretizava-se. A notícia chega a Lisboa através de um telegrama de Sampaio Garrido.

Durante a noite passada grande contingente de tropas alemãs, sem encontrar resistência, atravessou fronteira húngara dirigindo-se Budapeste. Regente Hungria que ontem partiu Alemanha conferenciar com Hitler já regressou esta capital constando que presidirá Conselho de Ministros urgentemente convocado. Diz-se que atual Governo apresentará demissão.

Apesar de Horthy ser mantido como regente, o novo Governo passa a incluir vários membros do partido nacional-socialista húngaro. Por telegrama, o nosso ministro informa Lisboa de que «Gestapo exerce perseguições políticas prendendo pessoas de categoria e até mesmo membros do Parlamento e Alta Câmara». Para o ministro português, esta violência estava diretamente relacionada com o facto de a Alemanha estar a perder terreno não só na União Soviética mas também na Jugoslávia, Bulgária e Roménia. Em telegrama de resposta, Salazar exortava o seu ministro a «proceder máxima prudência reserva relativamente novo Governo até pudermos aqui ajuizar se Governo legal ou simples facto. Julgamos saber alguns representantes húngaros estrangeiro não reconhecem Governo».

Em Lisboa, e depois de ter ouvido outras embaixadas, Salazar decide baixar o nível de representação diplomática em Budapeste e ordena a Sampaio Garrido que regresse a Lisboa para ser substituído por um encarregado de negócios, o que, na sua perspectiva, evitaria a nomeação de um ministro do novo Governo húngaro para Lisboa.

Como veremos, o regente Horthy decidirá meses depois abandonar o Eixo e a guerra. Em retaliação, será baleado e obrigado a renunciar ao seu cargo. Levado sob custódia para a Alemanha, aí permanecerá até ao final da guerra. Mais tarde, e como outros ex-monarcas depostos, exilar-se-á no Estoril.

Do esboroar da Hungria e, sobretudo, do martírio dos judeus daquele país serão testemunhas os dois diplomatas portugueses.

Num telegrama enviado a 4 de abril, Garrido informava Salazar que, na véspera, tinham começado os bombardeamentos sobre a capital, provocando muitos estragos e perdas de vidas. E terminava com outra informação: «Já foram publicados os decretos ao abrigo dos quais indivíduos raça judaica serão vexados perseguidos e espoliados.»

A 28 de abril de 1944, pouco mais de um mês depois da entrada das tropas alemãs, a Gestapo invade a Legação portuguesa, levando presas algumas pessoas que aí se encontravam sob a proteção do ministro, como o próprio o refere no telegrama que envia para Lisboa no dia 5 de maio:

Agentes Gestapo ou de polícia húngara entraram violentamente cinco horas da manhã 28 de abril casa campo onde recentemente instalei Legação por causa de bombardeamentos. Após brutal assalto funcionário polícia húngara, sem minha autorização, entraram Legação declarando desejar averiguar o que se passara e que assalto fora perpetrado por malfeitores. Estou convencido tratar-se de uma comédia e que acordo existia entre o primeiro e segundo. Bando pretensos malfeitores

apreendeu pessoas hóspedes de Legação e quando estas declararam aos agentes que se diziam libertadores e perseguidores dos salteadores desejar voltar Legação não lhes foi permitido e foram forçados acompanhá-los Polícia Central Budapeste. Opus-me energicamente esta detenção alcançando algumas horas depois liberdade tais pessoas. Mesmo dia ocorrência apresentei primeiro-ministro solene indignado protesto revoltante atentado princípio extraterritorialidade. [...]

De Lisboa, em resposta chegava um leve puxão de orelhas ao ministro, a quem se pedia que partisse mal chegasse o encarregado de negócios. Mas Salazar não deixava de o pressionar:

Atuais condições relembro determinação Ministério nenhum visto ser concedido sem autorização Ministério.

Garrido responde por telegrama, justificando as razões pelas quais acolhera, sem autorização de Lisboa, gente na Legação, agora instalada em Galgagyoeck, informando que as pessoas protegidas eram

todas católicas embora algumas delas de origem judaica. Entre elas, refugiados por motivo dos bombardeamentos e perseguições políticas, encontra-se um membro Alta Câmara húngara, um ministro plenipotenciário húngaro, um sobrinho do ministro da Hungria no Japão e uma cunhada do barão

Rotschild de Londres. Devo informar V. Ex.^a que outras legações países neutros procedem forma análoga.

Em sequência do protesto do ministro português contra a invasão das instalações diplomáticas, um jornal húngaro pró-nazi publicava um artigo insultuoso e com insinuações torpes sobre a conduta do ministro português sem, contudo, referir abertamente o seu nome ou o de Portugal. Para Garrido, este era um «artigo de chantagem visando, evidentemente, a intimidar-me a enfraquecer e desvirtuar argumentos e constatação, importância que referi, contidas minha nota de protesto Governo húngaro por motivo de atentado cometido contra Legação». No final desse telegrama, informava ainda: «Ao abrigo de medidas antisemitas estão sendo praticadas as mais horríveis crueldades. Os crimes multiplicam-se dia a dia contra judeus contra nobres e cristãos.»

Nesse mesmo dia, 9 de maio, e noutro telegrama, o ministro referia que já chegara o seu substituto, Alberto Carlos Teixeira Branquinho, explicando também a razão da chegada tardia deste: «atraso devido a exigência Gestapo documentação militar atravessar fronteira com a Hungria tendo sido obrigado pela força a descer do comboio em Bruck e a regressar a Viena.» No final desse mês, e ainda antes de partir para a Suíça por questões de saúde, Sampaio Garrido faria um pedido especial a Lisboa: «Motivo perseguições políticas rogo V. Ex.^a o favor de autorizar concessão de título de nacionalidade portuguesa ao jornalista Elener Pajza que muito tem trabalhado para a propaganda de Portugal neste país.»

Começava, então, com alguma cobertura do Governo português, um extraordinário trabalho de proteção a judeus que, na prática, seria levado a cabo pelo seu sucessor, com quem Garrido se irá manter, mesmo longe, em contacto estreito.

Entretanto, os judeus de Budapeste — um sexto da população — já espoliados de todos os seus bens, eram obrigados a viver na parte industrial da cidade, alvo preferencial dos bombardeamentos aliados. Para além disso, só podiam circular entre as onze da manhã e as cinco da tarde, e sempre identificados com a estrela de pano amarela. Para os judeus da província era ainda pior, como referia Teixeira Branquinho a 14 de junho, num telegrama para o Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Tem sido acentuada nestes últimos dias perseguição judeus principalmente província. Grande maioria é transportada de pé em demorada viagem, sem alimentos e empilhada em vagões gado, para a Alemanha, ignorando-se mas presumindo-se sorte dos que milagrosamente ali cheguem vivos. Em Budapeste já eles sofrem as mais desumanas humilhações e estão agora iniciando preparativos para sua viagem final. Nos meios em que reservadamente se pode exprimir, é grande a repugnância por estes crimes, em que estão cínica e estranhamente empenhados os dois subsecretários de Estado do Ministério do Interior húngaro.

À Legação portuguesa, como a outras legações de países neutros (Nunciatura, Suécia, Suíça e Espanha), começam a chegar cada vez mais pedidos

de proteção. Para quem via desenrolar-se sob os seus olhos esta tragédia humana, levada a cabo pelos nazis, a indiferença não era opção. Praticamente todas as legações aumentaram o número de protegidos, o que fez subir a tensão com as autoridades alemãs.

De Lisboa, Salazar enviava a 15 de julho um telegrama concordando, finalmente, com a proteção:

Concordo com concessão passaportes como sugerido [...] e não me oponho diligência junto ministro da Alemanha e nota verbal desde que V. S.^a obtenha promessa verbal autorização húngara saída. Em todo caso qualquer documento V. S.^a escreva ministro Alemanha deve evitar cuidadosamente designação nacionalidades e alusão a refúgio Legação que deve ser substituído por fórmula mais vaga como seria: «que pediram proteção Governo português para poderem dirigir-se a território português».

Informava ainda Teixeira Branquinho que, por serem coisas distintas, não deveria «deixar supor tomarmos compromisso aceitar novo ministro em troca saída refugiados» já que, de alguma forma, Garrido tinha já negociado esse compromisso em troca de um pedido de desculpas pelo assalto à Legação portuguesa.

Entretanto, e por indicação de Sampaio Garrido, já estabelecido em Berna, o vice-cônsul Jules Gulden, doutor em Direito e conselheiro do Governo de Horthy, ascende, por mérito, no verão desse ano, à categoria de cônsul. Gulden revelar-se-á também

um funcionário incansável no processo de salvação de judeus húngaros

No final de julho, Teixeira Branquinho avisava Lisboa que, aparentemente, as suas múltiplas andanças com vista à obtenção de autorização de vistos de saída da Hungria para os refugiados que se encontravam na Legação iriam ter sucesso. Porém, a 5 de agosto telegrafava: «Problema racial entrou na sua fase crítica.» Os alemães só permitiam a saída de judeus protegidos «se Governo húngaro promover a deportação dos restantes para campo de trabalho na Alemanha. Esta imposição levou Governo húngaro a multiplicar grandemente o número de beneficiados parte dos quais emigrará principalmente Palestina e outra parte formará campo de concentração na Hungria.» Para os que ficassem, a deportação e a morte seriam praticamente inevitáveis.

A 22 desse mês, Branquinho informava que duas Divisões alemães cercavam Budapeste para garantir a deportação dos judeus, marcada para o dia 25. Horthy, que a 7 de julho, por pressão internacional, mandara suspender as deportações, já não tem força política para evitar esta catástrofe. De Lisboa, porém, chegava a notícia de que a Jewish Agency, com sede na avenida António Augusto Aguiar 161, tinha possibilidade de autorizar a ida de 400 famílias para a Palestina. As dificuldades de comunicação e a aproximação dos exércitos soviéticos iriam, em vez de travar a sanha alemã contra a comunidade judaica, acelerá-la.

No final de setembro de 1944, muitos arianos, com medo dos soviéticos, pedem também proteção, mas Teixeira Branquinho, ciente de que o perigo

que estes eventualmente corriam era muito inferior ao dos judeus, foi-se esquivando a esses pedidos.

Em outubro, mesmo perante a evidência da derrota — ou talvez por isso — a Gestapo começava a prender muitos oficiais húngaros, inclusive o governador militar de Budapeste. Não contente com isso, e já em desespero de causa, perseguia também os que se lhe opunham.

Sem mais ilusões sobre o desfecho da guerra, o regente Horthy fala na rádio aos seus concidadãos. Na sua intervenção, acusava o Governo alemão de não ter cumprido a palavra dada, circunstância pela qual não via razão para continuar uma guerra que considerava perdida, estando, por isso, disposto a assinar os preliminares de um armistício. Na sequência desta intervenção radiofónica, a Gestapo atinge-o a tiro e envia-o para a Baviera. A família do regente procura abrigo na Nunciatura, mas acaba por aceitar o «convite» de Hitler e seguir para a Alemanha.

O regente Horthy seria substituído por Ferenc Szálasi, um destacado militar e político húngaro pró-nazi, líder no seu país do partido nacional-socialista. Só durante os três meses do seu Governo seriam assassinados cerca de 15 mil judeus. No final da guerra seria executado por crimes contra a humanidade.

Como «o novo Governo está inteiramente submetido ao da ocupação alemã», Branquinho pede, a 19 de outubro, instruções a Lisboa. Nesse mesmo dia e noutro telegrama, informava o MNE de que se vivia em estado de sítio, e nem os carros diplomáticos podiam circular. Informava, ainda, que começara «a deportação em massa dos semitas»

que ainda se encontravam no território húngaro para local ignorado. «Esta noite o ministro do Interior declarou pela rádio que nenhuma espécie de proteção estrangeira a judeus seria tolerada, nem respeitados os passaportes estrangeiros já concedidos; e que os judeus seriam cruelmente tratados como mereciam.»

Branquinho protesta energicamente junto da Legação alemã que, laconicamente, se recusa a intervir na «questão semita». Branquinho não desiste e tenta, embora sem grande esperança, encontrar apoio para os judeus com passaportes de proteção portugueses junto do diretor de Negócios Políticos. Nesse mesmo dia, noutra telegrama, informa Salazar:

Este Governo parece empenhado em desprestigiar publicamente as legações dos países protetores de judeus. Os passaportes estrangeiros concedidos a húngaros que foram aceites pelo Governo anterior e pelas autoridades são agora apreendidos e rasgados pela polícia húngara, que remete os seus portadores sob prisão para enxovias, quando não lhes faz pior. O Sr. Núncio vai convocar representações das nações neutras para apresentação de protesto mais violento do que se entregou ao Governo precedente e que teve alguns resultados.

Sobre o resultado da reunião com o diretor de Negócios Políticos, Branquinho informa o MNE, a 26 de outubro, de que o Governo húngaro se comprometia a respeitar os passaportes de proteção

portugueses caso o Governo português reconhecesse o novo Governo húngaro. Este acordo, porém, nem sempre seria respeitado, como se depreende deste telegrama cifrado (optou-se por manter os pontos de interrogação que constam do documento original e que correspondem a dúvidas do funcionário que o descodificou):

Os alemães exigiram deste Governo a deportação imediata para Viena de 6 mil judeus húngaros, homens e mulheres, 14 mil partiram -?- a mesma -?- -?- patrulhadas -?- destino -?- em marcha forçada de 20 quilómetros por dia e com rações alimentares reduzidas. É evidente que a grande maioria não sobreviverá, antes mesmo de passar a fronteira. Entre os condenados figuram alguns com passaportes provisórios portugueses que autoridades alemãs não respeitaram.

Ainda a 26 de outubro, Branquinho enviava novos telegramas. Um deles era relativo à constituição do novo Governo:

A escassas semanas de existência que se preveem para este Governo fantoche, parece dispensar mais pormenores sobre quem são os novos ministros. O partido nazi húngaro não tem personalidades e é formado na sua grande maioria por numerosa garotada, conduzida por duas dezenas de ambiciosos recusados pelos outros partidos ou deles irradiados. Tanto como força política como índice cultural nacional nunca foi tomado a sério. Os recentes

discursos pronunciados revelam iniludivelmente a mediocridade dos seus.

O outro informava da aproximação do exército romeno-soviético. Por essa razão e por «a questão judeus e a certeza de um isolamento por todos os motivos inconveniente impede-me sair Budapeste».

Da capital húngara, Branquinho ainda escreve a Salazar, dando-lhe conta que conseguira

vistos alemães nos passaportes portugueses dos nove refugiados a que se refere o telegrama de V. Ex.^a n.º 31. Para três pessoas da família Lalemen com passaportes autorizados pelo telegrama de V. Ex.^a n.º 55, não houve maneira de alcançar igual favor. Vali-me, porém, desta excepcionalíssima oportunidade para tentar salvar o Sr. Paulo Szast, importante industrial amigo Sr. Ministro Garrido que muito o recomendou da Suíça ao Sr. Ministro da Suíça aqui. Como este não lhe pudesse valer assisti-o eu -?- facilitando-me Sr. Ministro da Alemanha visto alemão se eu lhe concedesse já passaporte português, assim o fiz, na esperança de que V. Ex.^a me perdoará. Compreendendo a impossibilidade de pedir autorização a V. Ex.^a Efetivamente este grupo de dez pessoas deve partir daqui nos próximos dias da próxima semana procurando eu acompanhá-los pelo menos até à fronteira.

Teixeira Branquinho deixa a cidade do Danúbio a 29 de outubro de 1944. Por telegrama, que ainda

envia para Lisboa nesse dia, fica a saber-se que viaja com um *chauffeur*, Victor Smick, na companhia da mulher, do casal Gabor, de uma senhora Tillemann com a sua filha Agnes e de Paulo Szasz (apesar de a grafia ser diferente nos dois telegramas, presume-se que se trate do industrial amigo de Sampaio Garrido referido por Branquinho).

Antes de partir, ainda enviava um extenso relatório para Lisboa a que chamou «Missão a Budapeste». Através desse documento, fica a saber-se que «todos os empregados da Legação de Portugal eram judeus, serviam nela desde a sua criação em Budapeste, anos atrás, eram as únicas pessoas na Hungria que conheciam a língua portuguesa» e que, ao abandonar o país,

[...] o Governo húngaro e o ministro da Alemanha na Hungria se comprometeram a respeitar:

1.º Os judeus recolhidos no edifício da Legação de Portugal em Budapeste, em número de trinta;

2.º Os judeus recolhidos no edifício do Consulado de Portugal em Budapeste (onde se criou uma «Secção de Protecção» da Legação de Portugal), em número de vinte;

3.º Os judeus empregados na Legação de Portugal e no Consulado de Portugal, cujo número se conseguiu elevar a trinta e cinco.

4.º As pessoas de família dos judeus empregados na Legação de Portugal e no Consulado de Portugal, em número aproximado de duzentos;

5.º Os judeus húngaros portadores de passaportes provisórios portugueses (documentos

que não continham qualquer indicação de nacionalidade, nos termos do que me fora indicado por S. Ex.^a o Ministro, e obtida, enfim, a aceitação do Governo húngaro) em número de setecentos.

A 30 de outubro, Salazar avisava a Legação em Berlim da partida de Branquinho e determinava que fossem respeitados os passaportes de proteção emitidos em Budapeste pelo encarregado de negócios. Instruía também o ministro de Portugal para que avisasse as autoridades alemãs de que qualquer perseguição aos protegidos portugueses em Budapeste teria um impacto negativo nas relações luso-alemãs.

Na sua resposta de 4 de novembro, o ministro em Berlim, conde de Tovar, informa ter iniciado contactos com o Governo alemão, adiantando que

todos [os] judeus residentes [na] Hungria sem distinção de nacionalidade são obrigados trabalhar nas fábricas de armamento e estão sujeitos a regime especial de exceção. [...] Nem Governo húngaro nem Governo alemão admite hipótese permanecerem na Hungria quaisquer judeus húngaros ou estrangeiros beneficiando regime privilegiado em virtude de passaportes ou cartas de proteção concedidos algum Governo estrangeiro. Situação é idêntica à que se deu há tempos com judeus residentes no Reich; ou saem do país ou ficam sujeitos ao regime estabelecido para israelitas.

Perguntava, ainda, Tovar se Portugal estava disposto a receber os húngaros a quem tinham sido concedidos os passaportes de proteção.

A resposta de Lisboa, nesse mesmo dia, foi um inequívoco «SIM». No final do telegrama, Salazar acrescentava:

Não temos número exato portadores passaportes mas sabemos que são numerosos e que alguns deles já figuram entre os condenados a deportação em condições especialmente cruéis.

Finalmente, Salazar parecia ciente do drama dos judeus. Pena que não tivesse sido mais cedo.

Com a saída de Branquinho, que regressava a Lisboa, Jules Gulden continua, enquanto cônsul de Portugal, a lutar pela manutenção da proteção portuguesa. Com a aproximação dos exércitos russo e romeno, o Governo húngaro foge da capital. Antes, porém, o ministro dos Negócios Estrangeiros chamava Gulden de urgência, a 8 de dezembro de 1944. Queria saber se Lisboa reconhecia, ou não, o Governo húngaro, e se ele, como cônsul de Portugal, acompanharia o Governo que ia para Szombathely. Habilmente, Gulden responde que não tinha ainda instruções de Lisboa sobre esse assunto. O ministro avisou-o de que, se permanecesse em Budapeste, o Governo húngaro consideraria essa atitude um ato hostil e suspenderia imediatamente o acordo feito no sentido de respeitar os judeus protegidos por Portugal. Eram dados a Gulden escassos três dias para se decidir.

Não querendo nem deixar mal o Governo português nem abandonar à sua sorte os numerosos protegidos da Legação, Gulden responde que partirá para a Suíça, alegando que a partir dali teria

mais facilidade em contactar Lisboa, embora não pudesse prometer que poderia dar a pretendida resposta em tão pouco tempo, já que só para a viagem eram previsíveis vários dias.

De Genebra, onde chegaria no dia 16 de dezembro de 1944, Gulden escreve para Lisboa uma extensa carta, explicando a situação:

Com este estratagema, espero ter conseguido ganhar tempo que será precioso para os nossos infelizes protegidos judeus sem agir contra as intenções de Vossa Excelência.

Se em 10-14 dias a situação na Hungria se mantiver inalterada, tenho a intenção de enviar um novo ofício informando que o Governo português está a analisar o meu relatório, mas que me pediu informações complementares. Espero ganhar com isso mais algum tempo, tão necessário aos nossos protegidos.

Destacava ainda, nesse relatório, que, por ser húngaro, o trabalho que desenvolvera em prol dos protegidos judeus o tinha posto em xeque junto dos nazis do seu país. Não sendo um diplomata estrangeiro, os seus esforços tinham sido considerados «crime de traição». Ameaçado diversas vezes, seria mesmo avisado por um funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros húngaro de que a sua vida estava em perigo. Daí também a sua partida para Genebra.

A mesma sorte não tiveram dois funcionários da Legação portuguesa, que tinham sido dados como desaparecidos tempos antes. Soube-se mais tarde terem sido executados pelos radicais do partido nacional-socialista húngaro.

O próprio Governo húngaro fora, aliás, bem explícito, avisando os diplomatas estrangeiros de que declinava qualquer responsabilidade após a sua saída da capital, razão pela qual não conseguia garantir a proteção a ninguém.

Gulden informava também Lisboa de que os escritórios da Legação continuavam a funcionar sob a tutela do conde Pongracz, e que, em caso de perigo, a Suécia tinha-se oferecido para dar proteção tanto aos escritórios como aos funcionários da Legação portuguesa.

A situação em Budapeste manter-se-ia até 13 de fevereiro de 1945, altura em que a cidade se renderia ao Exército Vermelho.

A ação conjunta destes três diplomatas, Sampaio Garrido, Teixeira Branquinho e Jules Gulden, com alguma cobertura, é certo, do Governo português, salvou cerca de mil judeus. Uma gota de água, se tivermos em conta os números atrozés de húngaros assassinados pelos nazis durante este período: 600 mil civis, dos quais 450 mil judeus e 28 mil ciganos. Mas essa gota de água foi suficiente para permitir que mil linhas de água permanecessem vivas e se desdobrassem em milhares de outras.

Sampaio Garrido foi reconhecido, em 2010, como «Justo entre as Nações», uma homenagem absolutamente merecida, mas, perguntamos nós, não seria justo dar-se a mesma distinção a Teixeira Branquinho e Jules Gulden?

Acreditamos que sim.

Bibliografia

- A ação humanitária de Aristides de Sousa Mendes na II Guerra Mundial*, catálogo da exposição documental, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros/Biblioteca Nacional/Fundação Aristides de Sousa Mendes, setembro de 2004.
- AFONSO, Rui, *Um homem bom, Aristides de Sousa Mendes, o «Wallenberg português»*, Lisboa, Editorial Caminho, 1995.
- CHANTAL, Suzanne, *Deus não dorme*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1944.
- Dez anos de política externa, a nação portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1964-1991.
- DÖBLIN, Alfred, *Viagem ao Destino*, Porto, Asa, 1996.
- Hotel Palácio, boletins de alojamento de estrangeiros, 1939-1945*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2004.
- LOUÇÃ, António, «La Lys, a batalha que não existiu» (entrevista de Luís Leiria a António Louçã), in *Esquerda*, 15 de abril de 2018, <<https://www.esquerda.net/artigo/la-lys-batalha-que-nao-existiu/54389>>.
- MADEIRA, Lina Alves, *Alberto da Veiga Simões, esboço biográfico*, Coimbra, Quarteto Editora, 2002.
- MELLO, Manuel Homem de, *Eu vi morrer o III Reich*, Lisboa, Vega, 1982.
- PIMENTEL, Irene Flunser, *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*, A Esfera dos Livros, 2006.
- RAMALHO, Margarida de Magalhães, *Lisboa, uma cidade em tempo de guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.
- , *Vilar Formoso, Fronteira da Paz*, Câmara Municipal de Almeida, 2014.
- RONY, George, *This, Too, Shall Pass Away*, Nova Iorque, Creative Age Press, 1945.
- ROSAS, Fernando, *História de Portugal*, vol. VII (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- ROSAS, Fernando, e BRITO, José Maria Brandão de, *Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

SCHAEFER, Ansgar, *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão (1933-1940)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

Vidas Pouçadas, a ação de três diplomatas portugueses na II Guerra Mundial, catálogo da exposição documental, Ministério dos Negócios Estrangeiros/Instituto Diplomático, setembro de 2000.

O livro **O ESSENCIAL SOBRE
OS SALVADORES PORTUGUESES**

é uma edição da

IMPRESA NACIONAL

tem como autor

MARGARIDA DE MAGALHÃES RAMALHO

design e capa do ateliê

SILVADESIGNERS

revisão de

DIOGO SILVA

paginação de

ANA SEROMENHO.

Tem o ISBN **978-972-27-2931-4**

e o depósito legal **482 379/21.**

A primeira edição

acabou de ser impressa no mês de **MAIO**

do ano de **DOIS MIL E VINTE E UM.**

CÓD. 1024814

Imprensa Nacional

é a marca editorial da **INCM**

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

Av. de António José de Almeida

1000-042 Lisboa

www.impresanacional.pt

www.incm.pt

www.facebook.com/ImprensaNacional

editorial.apoiocliente@incm.pt

Ficheiro atualizado em 13-7-2021 para correção de alguns lapsos detetados nas pp. 77 e 78,
que serão oportunamente corrigidos também na reimpressão da edição em papel.

O E S S E N C I A L S O B R E

Os Salvadores Portugueses

Margarida de Magalhães Ramalho

A II Guerra Mundial corresponde a um dos períodos mais negros da História recente. A política de extermínio não só do povo judeu mas também de ciganos e eslavos levada a cabo pela Alemanha nazi veio demonstrar que países, até aí, tidos como civilizados podiam, por contingências da História, deixar vir ao de cima o que de pior existe no ser humano. Entre todo este horror, porém, houve gente que não ficou neutra.

No caso português, e excluindo exemplos pontuais ainda não estudados, três diplomatas, Aristides de Sousa Mendes, Carlos Sampaio Garrido e Carlos Teixeira Branquinho, como também o padre Joaquim Carreira e José Brito Mendes, tiveram a coragem de não ficar indiferentes. Diz o Talmude, um dos livros sagrados judaicos, que quem salva uma vida salva o universo. E foi o que todos eles fizeram.

ISBN 978-972-27-2931-4



9 789722 729314

em memória



NUNCA ESQUECER

© N I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.